



ENTREVISTA

Sob "dominância política", diante dos efeitos paralisantes da crise política, a economia tende a experimentar algum alento diante da expectativa de reação de setores exportadores, avalia Nelson Marconi, professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

SESI GOIÁS

EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TRAZEM GANHOS PARA EMPREGADOS E SUAS EMPRESAS

SENAI GOIÁS

SISTEMA AMPLIA UNIDADES DE RIO VERDE E QUIRINÓPOLIS E INSTALA MAIS UMA EM JATAÍ

Goiás Industrial



ANO 64 / Nº 269 / ABRIL 2016

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

MEIO AMBIENTE

COBRANÇA PELA ÁGUA NO PARANAÍBA PASSA A VALER A PARTIR DE 2017

VALE O NEGOCIADO

INDÚSTRIA PROPÕE QUE A NEGOCIAÇÃO COLETIVA PREVALEÇA SOBRE A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA, DEFININDO UM NOVO MARCO REGULATÓRIO PARA O SETOR E ABRINDO OPORTUNIDADE PARA RETOMAR O CRESCIMENTO



• FUNCIONÁRIO DO MÊS •



QUANDO UM FUNCIONÁRIO FALTA, A PRODUTIVIDADE DE SUA EMPRESA TAMBÉM DESAPARECE.

O SESI está lançando o **Programa SESI de Gestão do Absenteísmo**. Uma consultoria para auxiliar sua empresa a gerenciar a ausência de funcionários. Dessa forma, você diminui custos, aumenta a produtividade e melhora a competitividade da sua empresa. Programa SESI de Gestão do Absenteísmo. Quando seu funcionário está presente, a competitividade da sua empresa aparece. Acesse sesi.org.br e conheça melhor o programa.

OS CINCO SERVIÇOS DO PROGRAMA:

- AValiação Inicial.
- GESTÃO DE AFASTAMENTOS.
- GESTÃO DE NEXOS PREVIDENCIÁRIOS.
- GESTÃO DE FAR.
- GERENCIAMENTO EPIDEMIOLÓGICO DOS AFASTAMENTOS.

Goiânia: 4002-6213 | Demais localidades: 0800 642 1313



Iniciativa da CNI - Confederação Nacional da Indústria



E agora, Brasil?

O Brasil vive momento histórico, dramático, porém propício a mudanças que, bem conduzidas, poderão resultar em caminhos para a saída da crise nacional, agravada a níveis alarmantes para todos, empresários e trabalhadores.

Em meio ao processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, cujo andamento avançou com a votação na Câmara dos Deputados, no histórico dia 17 de abril, o País clama por medidas, ainda que amargas, capazes de levar à retomada econômica, criar ambiente propício aos negócios, aos investimentos e, conseqüentemente, recuperar parte dos milhares de empregos perdidos.

É uma tarefa hercúlea, mas ninguém pode negar-se a participar, já que estamos todos no mesmo barco, à deriva pela falta de políticas públicas eficazes e eficientes. É preciso sair do discurso e passar à prática. Antes mesmo de a Câmara dos Deputados iniciar a votação do impeachment, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) elaborou o documento Agenda para o Brasil Sair da Crise – 2016-2018, desenvolvido tendo como referência publicação do ano anterior, denominada Regulação e Desburocratização: Propostas para a Melhoria do Ambiente de Negócios 2015.

O novo documento, ainda em fase de validação pelas federações estaduais, observa, logo na apresentação, o que se vê nas ruas, nas fábricas, nos lares brasileiros: “A crise brasileira aprofundou-se de forma dramática.” E aponta que “a saída da crise exige um conjunto de ações nas áreas fiscal e de competitividade.”

Diante do novo cenário político, tudo o que precisamos é de iniciativas capazes de recuperar a confiança. “É preciso evitar atalhos e atuar sobre as causas da deterioração da economia. Quanto mais tarde forem as ações

“Diante do novo cenário político, tudo o que precisamos é de iniciativas capazes de recuperar a confiança.”

PEDRO ALVES DE OLIVEIRA, presidente da Fieg e do Conselho Deliberativo do Sebrae Goiás

de correção maiores serão os custos para a sociedade”, pondera a publicação da indústria, que elenca o ajuste fiscal de longo prazo, aumento da produtividade e competitividade da economia como sendo o “centro norteador da revisão de políticas”.

A agenda da indústria contém 38 propostas de medidas para o período 2016-2018, divididas em oito eixos, alvos de antigas bandeiras do setor: eficiência do Estado, tributação, relações do trabalho, segurança jurídica e regulação, infraestrutura, política industrial e comércio exterior, financiamento e inovação. A reforma da Previdência Social – não poderia ser diferente – abre a lista, que traz em seguida a implementação de mecanismos de controle do gasto público.

O que aconteceu e suas conseqüentes punições devem ser um depurativo para mudar a cultura da gestão pública no Brasil.

A esperança renasceu nos brasileiros. Vamos agora, juntos, com harmonia e sem revanchismo e antagonismo, iniciar a retomada do nosso desenvolvimento econômico e social!

* Artigo publicado no jornal O Popular dia 21/04/2016



SISTEMA FIEG

Federação das Indústrias
do Estado de Goiás

Presidente: Pedro Alves de Oliveira

FIEG REGIONAL ANÁPOLIS

Presidente: Wilson de Oliveira
Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Bairro
Jundiá, CEP 75113-630, Anápolis-GO
Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565
E-mail: fieg.regional@sistemafieg.org.br

SESI

Serviço Social da Indústria

Diretor Regional: Pedro Alves de Oliveira
Superintendente: Paulo Vargas

SENAI

Serviço Nacional de
Aprendizagem Industrial

Diretor Regional: Paulo Vargas

IEL

Instituto Euvaldo Lodi

Diretor: Hélio Naves
Superintendente: Humberto Oliveira

ICQ BRASIL

Instituto de Certificação Qualidade Brasil

Diretor: Carlos Alberto de Paula Moura Jr.
Superintendente: Dayana
Costa Freitas Brito

Diretores

Sandro Antônio Scodro Mabel
Otávio Lage de Siqueira Filho
José Nivaldo de Oliveira
Jaime Canedo
Pedro Silvério Pereira
Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
João Essado
Elvis Roberson Pinto
Sílvio Inácio da Silva
Eliton Rodrigues Fernandes
Olympio José Abrão
Carlos Roberto Viana
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Ledra
José Antônio Vitti
José Luiz Martin Abuli
Wellington Soares Carrijo
Álvaro Otávio Dantas Maia
Jair Rizzi
Robson Peixoto Braga
Edilson Borges de Souza
José Divino Arruda
Domingos Sávio Gomes de Oliveira
Eduardo Cunha Zuppani
Mário Renato Guimarães de Azeredo
Emílio Carlos Bittar
Antônio Benedito dos Santos
Leopoldo Moreira Neto

Conselho fiscal

Célio Eustáquio de Moura
Jerry Alexandre de Oliveira Paula
Orizomar Araújo Siqueira

Conselho de representantes junto à CNI

Pedro Alves de Oliveira
Paulo Afonso Ferreira

Conselho de Representantes junto à Fieg

Abílio Pereira Soares Júnior
Ailton Aires Mesquita
Alexandre Araújo Moura
Alexandre Baldy de Sant'anna Braga
Álvaro Otávio Dantas Maia
Antônio Alves de Deus
Antônio Benedito dos Santos
Bruno Franco Beraldi Coelho
Carlos Alberto de Paula Moura Júnior
Carlos Alberto Vieira Soares
Carlos Roberto Viana

Célio Eustáquio de Moura
Daniel Viana
Domingos Sávio G. de Oliveira
Edilson Borges de Sousa
Eduardo Cunha Zuppani
Eduardo José de Farias
Eliton Rodrigues Fernandes
Elvis Roberson Pinto
Enoque Pimentel do Nascimento
Emílio Carlos Bittar
Eurípedes Felizardo Nunes
Fábio Rassi
Flávio Paiva Ferrari
Flávio Santana Rassi
Gilberto Martins da Costa
Hélio Naves
Heitor de Oliveira Nato Neto
Heribaldo Egidio
Ian Moreira Silva
Jaime Canedo
Jair Rizzi
Jerry Alexandre de Oliveira Paula
Joana D'Arc da Silva
João Essado
Joaquim Cordeiro de Lima
Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
José Alves Pereira
José Antônio Vitti
José Divino Arruda
José Luiz Martin Abuli
José Magno Pato
José Romualdo Maranhão
Laerte Simão
Leopoldo Moreira Neto
Luiz Antônio Gonçalves Fidelis
Luiz Antônio Vessani
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Rézio
Marley Antônio Rocha
Olavo Martins Barros
Olympio José Abrão
Orizomar Araújo de Siqueira
Otávio Lage de Siqueira Filho
Paulo Lobo de Araújo Júnior
Paulo Sérgio de Carvalho Castro
Pedro Alves de Oliveira
Pedro de Souza Cunha Júnior
Plínio Boechat Lopes
Roberto Elias de Lima Fernandes
Robson Peixoto Braga
Sandro Antônio Scodro Mabel
Sávio Cruvinel Câmara

Sílvio Inácio da Silva
Ubiratan da Silva Lopes
Valdenício Rodrigues de Andrade
Wilson de Oliveira

CONSELHOS TEMÁTICOS

Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Presidente: Heribaldo Egidio

Conselho Temático de Meio Ambiente

Presidente: Pedro Silvério Pereira

Conselho Temático de Infraestrutura

Presidente: Célio Eustáquio de Moura

Conselho Temático de Relações do Trabalho

Presidente: Olympio José Abrão

Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa

Presidente: Jaime Canedo

Conselho Temático de Responsabilidade Social

Presidente: Antônio de Sousa Almeida

Conselho Temático de Agronegócios

Presidente: Joaquim Guilherme Barbosa de Souza

Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais

Presidente: Emílio Bittar

Conselho Temático Fieg Jovem

Presidente: Leandro Almeida

Conselho Temático de Desenvolvimento Urbano

Presidente: Ilézio Inácio Ferreira

Câmara Setorial de Mineração

Presidente: Wilson Borges

Câmara Setorial da Indústria da Construção

Presidente: Sarkis Nabi Curi

DIRETORIA DA FIEG (2015-2018)

Presidente: Pedro Alves de Oliveira

1º Vice-presidente: Wilson de Oliveira

2º Vice-presidente:
Antônio de Sousa Almeida

3º Vice-presidente:
Gilberto Martins da Costa

1º Diretor Secretário:
Carlos Alberto de Paula Moura Júnior

2º Diretor Secretário: Heribaldo Egidio

1º Diretor Financeiro:
André Luiz Baptista Lins Rocha

2º Diretor Financeiro: Hélio Naves

EXPEDIENTE

Goiás Industrial
REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS
INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Direção
José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo
Geraldo Neto

Edição
Lauro Veiga Filho e Dehovan Lima

Reportagem
Andelaide Lima, Célia Oliveira,
Daniela Ribeiro, Nathalya Toalieri e

Janaina Staciari e Corrêa

Colaboração
Wellington da Silva Vieira

Fotografia
Alex Malheiros

Projeto gráfico
Jorge Del Bianco

**Capa, ilustrações,
diagramação e produção**
Jorge Del Bianco
DC Design Gráfica e Comunicação

Impressão
Gráfica Kelps

Departamento Comercial
(62) 3219-1720

Redação e correspondência
Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco,
Casa da Indústria - Vila Nova
CEP 74645-070 - Goiânia-GO
Fone (62) 3219-1300 - Fax (62) 3229-2975
Home page: www.sistemafieg.org.br
E-mail: ascom@sistemafieg.org.br

**As opiniões contidas em artigos assinados
são de responsabilidade de seus autores e não
refletem necessariamente a opinião da revista**

Goiás Industrial

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Nº 269 / ABRIL 2016



ENTREVISTA

8/ *A economia atravessa fase de nítida "dominância política", amarrada pela crise em Brasília, avalia Nelson Marconi, professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mudanças na cena externa e erros na condução da política econômica também explicam a estagnação, mas a alta do dólar traz perspectiva de alguma melhora para os setores exportadores, o que tende a amenizar os efeitos da crise.*

IEL GOIÁS

13/ *Empresas goianas, com apoio do Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás), apostam na formação de talentos dentro de casa e transformam o chão de fábrica em sala de aula*



SENAI GOIÁS

15/ *Com a abertura de novas unidades e ampliação daquelas já instaladas no Sudoeste, Sesi e Senai reforçam, em ações conjuntas, sua atuação na região, um dos principais polos econômicos do Estado*



Vale o negociado

CAPA/ LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

22/ *Indústria defende flexibilização da legislação trabalhista como um dos caminhos para que a economia retome sua rota de crescimento. A proposta é garantir força de lei à negociação coletiva, permitindo que o acertado entre empresas e trabalhadores tenha mais força do que o legislado.*



SESI GOIÁS

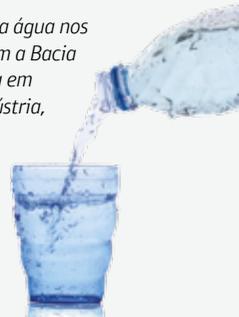
18/ *Com maior nível de escolaridade e qualificação, trabalhadores, como José Maria Gomes da Silva e Hebert Pereira da Silva (pai e filho), asseguram lugar no mercado e ascensão profissional, com ganhos também para as empresas*

MOVIMENTO BRASIL CENTRAL

28/ *Reunidos com o Consórcio Interstadual de Desenvolvimento do Brasil Central, braço executivo do Movimento Brasil Central, presidentes das federações da indústria da região, com a participação da Fieg, apresentam propostas para retomada do crescimento, a começar pela redução dos juros*

MEIO AMBIENTE

30/ *A cobrança pelo uso na água nos rios federais que formam a Bacia do Paranaíba, aprovada em reunião ocorrida na Casa da Indústria, marca o primeiro passo no processo de recuperação e recomposição dos mananciais e no desenho de uma política mais eficiente de gestão dos recursos hídricos naquela área*





■ **Só para mulheres:** em São Miguel do Araguaia, cursos contemplam áreas de artesanato, panificação e costura



■ **Prefeita Adailza Crepaldi, de São Miguel do Araguaia:** "Realização de sonho"

muito habilidosas, têm um potencial criativo muito grande, mas faltava a oportunidade de organização para agregar valor ao que nós temos, as riquezas aqui do nosso município", diz a prefeita de São Miguel do Araguaia, Adailza Crepaldi. A ação de qualificação envolve a Escola Senai Vila Canaã e as faculdades Fatesg e Ítalo Bologna, todas de Goiânia.

Qualificação com foco regional

Com apoio do Senai, prefeituras investem em qualificação profissional como forma de atenuar o desemprego

Janaina Staciari e Corrêa (texto e foto)

Em tempos de crise, com desemprego recorde (veja quadro), prefeituras goianas investem em qualificação profissional como forma de garantir a empregabilidade e a geração de renda de sua população, seja facilitando a inserção no mundo do trabalho ou alavancando a criação de negócio próprio.

Araguaia, no Norte do Estado; Cidade Ocidental, no Entorno do Distrito Federal; e Cabeceira Grande, em Minas Gerais, todos com recursos do governo federal.

Araguaia Mulher - Mãos que Fazem

Em São Miguel do Araguaia e no porto Luiz Alves, distante 45 km da cidade, 180 mulheres das zonas rural e urbana são qualificadas em cursos de artesanato, panificação e costura. As ações integram o Projeto Araguaia Mulher – Mãos que Fazem, desenvolvido pela prefeitura, com recursos da Secretaria de Políticas para Mulheres, do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. A atividade turística, forte no município, é foco da iniciativa, que inclui ações voltadas ao atendimento a visitantes do Rio Araguaia.

“As mulheres são-miguelenses são

Artesanato

Em Cidade Ocidental, onde está presente desde 2005, no início das ações do Arranjo Produtivo Local (APL) de artesanato, o Senai retoma atuação, agora em projeto executado com recursos da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Sudeco). As atividades envolvem qualificação profissional, promoção da comercialização de produtos e apoio a trabalhos coletivos, visando ao desenvolvimento sustentável e ao fortalecimento do artesanato. A previsão é de que sejam atendidas cerca de 720 pessoas.

Atuação em Minas Gerais

No âmbito do Projeto Amanhã, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codelvasf), o Senai Goiás vai capacitar jovens entre 16 e 26 anos no município mineiro de Cabeceira Grande, onde já atua desde 2013. A cidade, que faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride), receberá cursos nas áreas de panificação e vestuário. A previsão é capacitar 180 pessoas em Cabeceira Grande e no distrito de Palmital de Minas, a 27 km da cidade. ■

9,5% FOI A TAXA DE DESEMPREGO DO PAÍS NO TRIMESTRE ENCERRADO EM JANEIRO, A MAIOR DESDE 2012 MEDIDA PELO IBGE

Por meio de ações móveis, em parceria com as respectivas administrações municipais, o Senai Goiás realiza cursos profissionalizantes em São Miguel do

De volta a 2012

Estado geral das rodovias em Goiás retrocede três anos, com 65% da malha considerada em condições regulares, péssimas e ruins em 2015

As séries de dados sobre investimento em transportes e os indicadores que aferem a qualidade das rodovias em Goiás guardam correlação direta, conforme sugerem os dados dos relatórios de gestão orçamentária do governo do Estado e da Pesquisa CNT de Rodovias. Em geral, cortes no investimento correspondem a piora naqueles indicadores e vice-versa. No ano passado, quando os investimentos no setor alcançaram o mais baixo nível desde 2012, a qualidade nas pistas de rodagem retrocedeu na mesma proporção, voltando três anos no tempo.

“Em grande parte do Estado, as estradas estão em péssimas condições. Vê-se claramente um problema de gestão, as ações de manutenção e construção têm se mostrado mal planejadas e trazem poucos resultados”, avalia o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Pedro Alves de Oliveira. A pesquisa da Confederação Nacional do Transporte (CNT) parece confirmar a impressão geral. Em 2014, 63,1% das vias que cortam o Estado e permitem escoar sua produção encontravam-se em condições regulares (44,5%), ruins (12,9%) ou péssimas (5,7%). Um ano depois, aquele percentual elevou-se para 65,0% e praticamente repetiu o dado de 2012, quando havia se fixado em 64,9%.

Ainda na comparação entre 2014 e 2015, o percentual de rodovias em condições gerais regulares recuou para 37,6%,



■ Quase na terra: em Rio Verde, um dos principais polos agrícola e econômico do Estado, a rodovia GO-174 praticamente perdeu a cobertura asfáltica

enquanto a proporção de estradas consideradas ruins elevou-se para 20% (7,1 pontos de porcentagem a mais) e 7,4% delas foram consideradas em péssimo estado (em alta de 1,7 ponto). Muito embora a extensão total das rodovias goianas avaliadas pela pesquisa tenha crescido 7,7% entre 2014 e 2015, saindo de 5.384 para 5.800 quilômetros, o total de estradas ruins e péssimas saltou 58,7%, de 1.002 para 1.590 quilômetros.

Na avaliação de Pedro Alves, a deterioração na qualidade das vias compromete a competitividade do setor produtivo, gerando custos adicionais com manutenção de veículos, além de trazer “problemas com prazos para transporte de produtos”. O aspecto mais relevante nessa área, prossegue ele, “é a segurança reduzida dos que trafegam nas estradas, a grande quantidade de buracos, desníveis, acostamento reduzido, a falta de sinalização, entre outros, que contribuem para o constante aumento de acidentes e mortes.”

No ano passado, considerando-se os valores pagos efetivamente, o investimento no setor de transporte desabou para R\$ 639,704 milhões, saindo de R\$ 1,359 bilhão em 2014, num tombo de 52,9%. Os investimentos empenhados, que poderão gerar desembolsos mais à frente, caso não sejam cancelados, caíram 47,3% na mes-

ma comparação, de R\$ 1,373 bilhão para R\$ 723,855 milhões. ■

Estado geral das estradas em Goiás

(Pesquisa CNT de Rodovias, porcentual sobre total da malha viária do Estado)

Ano	2014	2015
Ótimo	6,7	13,8
Bom	30,2	21,2
Regular	44,5	37,6
Ruim	12,9	20,0
Péssimo	5,7	7,4
Regular/Ruim/Péssimo	63,1	65,0

Fonte: Confederação Nacional do Transporte (CNT)

Corte no investimento em 2015

(Valores investidos no setor de transportes em Goiás, por ano, em R\$ milhões)

Período/Valor	Empenhado	Pago
2010	429,980	420,261
2011	84,734	71,421
2012	97,763	73,475
2013	836,449	807,770
2014	1.372,99	1.358,61
2015	723,856	639,704

Fonte: Portal Goiás Transparente

Prisioneiros da POLÍTICA

O setor externo da economia deverá contribuir para amenizar a retração da atividade doméstica, ajudando alguns setores a enxergar um cenário menos adverso neste ano, se o câmbio continuar desvalorizado. É o que afirma **Nelson Marconi**, professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), coordenador executivo do Fórum de Economia e presidente da Associação Keynesiana Brasileira, em entrevista à **Goiás Industrial**. O momento, no entanto, ainda é de paralisa da atividade econômica, diante de um cenário de “dominância política”, que tem determinado o comportamento da economia.

Goiás Industrial - Qual a leitura que o sr. faz do momento econômico que o País atravessa?

Nelson Marconi - Estamos vivendo um momento, na verdade, de paralisia, tanto por questões políticas, já que estamos diante de um cenário de quase dominância política, que está determinando o econômico, como temos, em função disso, uma crise de confiança muito grande no mercado, com o investimento praticamente estagnado. Você não tem crédito em função também desse quadro. E o governo tendo de fazer um processo de ajuste bem significativo, tendo de tentar reduzir suas despesas, mas de forma muito centrada no investimento. Temos então uma situação de quase paralisia em função desses eventos. Precisamos encontrar uma forma de voltar a crescer e, para isso, em boa parte, será preciso solucionar a crise política e a questão fiscal nossa.

Goiás Industrial - O sr. percebe alguma possibilidade de ter uma solução, ao menos na área fiscal?

Nelson Marconi - Acho que vai depender muito, e não quero entrar nesse mérito, também do cenário político. Mas vamos tentar avaliar, na medida do possível, sem esse cenário. Existe espaço – e o próprio Ministério da Fazenda apresentou recentemente um projeto para limitar a evolução dos gastos, colocando algumas amarras –, como dizia, existe espaço para o governo

ainda cortar despesas de custeio, que continuariam evoluindo no ano passado, embora não de forma significativa. Não há espaço para cortar mais despesas com investimento e o governo precisa realmente pensar urgentemente numa reforma previdenciária. No curto prazo, o que o governo pode fazer é cortar despesas correntes, continuar tentando melhorar a eficiência do gasto público, pode tentar segurar alguns reajustes previstos para o próximo ano, alguns inclusive já estavam pré-negociados, como o reajuste dos servidores, ou tentar também reajustar menos o salário mínimo – e aí teria de haver uma mudança na legislação para fazer isso. E também começar a desvincular despesas que hoje são obrigatórias. O governo vai ter de fazer isso se quiser realmente controlar as despesas dele, que realmente aumentaram muito nos últimos anos. Então, há o que fazer, mas a maior parte das coisas, tirando essa decisão de conceder reajustes mais baixos para os salários do funcionalismo e conter gastos de custeio, depende muito de mudança na legislação. Então, realmente o governo precisa se fortalecer politicamente para conseguir fazer essas mudanças.

Goiás Industrial - Desconsiderando novamente o quadro político, essa proposta de reforma fiscal apresentada pelo Ministério da Fazenda, como o sr. citou, pode ser um começo? ►

“ESTAMOS VIVENDO UM MOMENTO, NA VERDADE, DE PARALISIA, TANTO POR QUESTÕES POLÍTICAS, JÁ QUE ESTAMOS DIANTE DE UM CENÁRIO DE QUASE DOMINÂNCIA POLÍTICA, COMO TEMOS, EM FUNÇÃO DISSO, UMA CRISE DE CONFIANÇA”



Nelson Marconi - Pode ser um começo no sentido de se colocar uma trava (no crescimento das despesas). A proposta institucionaliza algumas restrições importantes, impondo limites à evolução de alguns gastos caso as despesas superem determinados níveis, estabelecendo prioridades para os cortes. Acho isso bem salutar, mas a questão é que esse limite para os gastos vai ser determinado pelo Congresso, segundo a proposta do governo. E, neste caso, não há como saber quais serão esses limites. Vão ser baixos? Vão ser altos? Isso não está claro. Mas é uma tentativa de institucionalização maior do processo de redução de despesas que acho bem interessante, porque deixa claro quais vão ser as prioridades, o que vai ser cortado primeiro.

Goiás Industrial - Isso poderia ajudar a destravar o debate econômico ou a dominância política sobre a economia continua prevalecendo?

Nelson Marconi - Essa dominância, sim, continua prevalecendo, embora possa destravar o debate de certa maneira. O que poderia ajudar muito a destravar o debate, por exemplo, seria se o governo mantivesse o propósito de manter em pauta o projeto de reforma da Previdência e que também não demorasse muito a apresentá-lo. Isso colocaria no horizonte uma melhora no resultado fiscal para o futuro e possibilita que os agentes comecem a olhar e imaginar que a dívida pública poderá não evoluir tanto quanto se prevê hoje e isso começaria a abrir espaço para reduzir os juros, para a retomada dos investimentos. Mas estamos falando sem considerar o cenário político, se fosse possível abstrair esse cenário, porque tudo que estamos falando implica que o governo tenha suporte no Parlamento para conseguir aprovar uma série de mudanças. As duas coisas são realmente difíceis de serem desassociadas.

Goiás Industrial - Que tipo de medidas conseguiriam estancar o processo de deterioração da economia para, mais à frente, permitir uma retomada?

Nelson Marconi - Acho que as propostas fiscais apresentadas em março pelo Ministério da Fazenda já são, de saída, medidas importantes. Mas acho que outras medidas importantes seriam o governo conseguir recuperar a capacidade de investimento, cortar mais gastos correntes para liberar mais recursos para que possa investir. Seria importante dar uma sequência aos acordos de leniência que vêm sendo firmados para conseguir fazer com que as empresas

voltassem a operar, principalmente nessa área de infraestrutura. Igualmente importante seria concluir a remodelagem dos processos de concessão de obras e serviços públicos e colocar em pauta a reforma da Previdência rapidamente. Logicamente, há uma série de outras medidas, mas com essas quatro já ajudaria bastante. Há duas outras que considero também importantes. A primeira, na medida em que a situação fiscal for melhorando, seria baixar a taxa de juros, porque a inflação já vai começar a cair também, e a segunda é não permitir que a taxa de câmbio volte a se valorizar, mantendo níveis que permitam que as empresas industriais do Brasil sejam competitivas no exterior. Isso é uma coisa fundamental. Não se pode permitir que a taxa de câmbio se valorize novamente.

Goiás Industrial - Em relação à inflação, o sr. acredita que, daqui para frente, os preços comecem a seguir o fi-gurino e a refletir finalmente o desaquecimento da atividade econômica?

Nelson Marconi - Diversos preços vão começar a mostrar sinais de queda agora, especialmente no caso dos preços administrados, porque o impacto da alta ocorrida no ano passado vai começar a se diluir. Na verdade, esses preços já estão apresentando variação menor, mas devem cair cada vez mais. Os preços dos produtos que estavam sendo pressionados pelo câmbio, como os alimentos, produtos de limpeza, os eletrônicos, entre outros, vão deixar de sofrer essa pressão muito forte porque a taxa de câmbio está se estabilizando, mesmo que em patamar alto, e deixa de pressionar por novas altas. O que ainda não aconteceu é a queda no setor de serviços. Essa queda está sendo muito lenta porque os salários são um custo importante neste setor e há um grau de indexação ainda elevado nesta área em relação ao salário mínimo e aos salários das demais categorias profissionais, que seguem a inflação passada. Há uma dificuldade maior para a inflação cair no setor de serviços. Mas nos setores de preços administrados e de bens comercializáveis, que são transacionados no exterior, os preços vão cair mais. Então, a inflação neste ano deve cair mesmo para uns 7% a 8%.

Goiás Industrial - Há alguma possibilidade de ocorrer alguma estabilização da atividade econômica nos próximos meses, sinalizando alguma recuperação para o final deste ano? Quais os cenários podem ser antecipados para 2016 e 2017?

Nelson Marconi - O cenário para 2016 realmente não é bom, tal-



“O ÚNICO ALENTO ESPERADO PARA ESTE ANO EM TERMOS DE CRESCIMENTO VAI SER DO SETOR EXPORTADOR. NÃO VAI SER ESTE SETOR QUE CONSEGUIRÁ REVERTER O CENÁRIO ECONÔMICO, MAS VAI AMENIZAR A CRISE”

vez não tão ruim como em 2015, mas ainda ruim. Podemos ter uma queda da atividade neste ano, não tão forte como no ano passado, porque a base já é muito retraída. Por que? Porque o investimento caiu muito e quando o nível de investimento se reduz mais fortemente o nível geral da atividade na economia cai bastante também. A economia continua travada, não há sinal de recuperação do investimento, a não ser naqueles setores voltados para as exportações. O único alento esperado para este ano em termos de crescimento vai ser do setor exportador. Não vai ser este setor que conseguirá reverter o cenário econômico, mas vai amenizar a crise, como já foi no ano passado. Neste ano, isso ocorrerá com maior intensidade ainda. Mas o investimento no restante da economia continua muito travado. Mesmo que o governo consiga, no segundo semestre, destravar um pouco o investimento, se a confiança na economia começar a ser retomada, isso demora um pouco para ter resultado e não tem impacto imediato. O ano que vem depende ainda muito do cenário político. Não me arriscaria muito a falar alguma coisa. A continuar o quadro atual, a economia pode retomar um pouco, por causa dos investimentos do setor exportador e se o governo tiver dinheiro para fazer investimento. Se o cenário político tiver uma melhora, acho que melhora um pouco, mas não tende a ser uma mudança muito significativa porque é um momento de turbulência, de incerteza e ninguém ainda tem muito claro o que poderá acontecer daqui para frente.

Goiás Industrial - A economia caiu 3,8% no ano passado, mas o investimento caiu muito mais. O que está por trás dessa queda mais intensa?

Nelson Marconi - Você tem uma quebra da confiança e, além disso, nos últimos anos, houve queda razoável na taxa de lucro em diversos setores da economia, seja porque o câmbio se valorizou, seja porque aumentaram os custos de produção, seja porque aumentou o salário mínimo. Então, uma série de motivos levou à queda na taxa de lucro. Diante disso, o empresário vai evitar investir mesmo. E com um cenário para frente ainda de completa incerteza, porque não se sabe o que vai acontecer, então aí o investimento despenca. Quer dizer, não é meramente por causa da política, há um fundamento econômico importante por trás, que é tanto a questão da confiança, que está ligada à expectativa de geração de receitas para a empresa no futuro, que é uma informação fundamental para a decisão de investimento, como também a questão da queda da taxa de lucro, que igualmente inibe o investimento. Se você retirar o setor de construção residencial, que com-



“ENQUANTO NÃO TIVERMOS UMA RECUPERAÇÃO DA INDÚSTRIA, NÃO TEREMOS CRESCIMENTO SUSTENTADO DA ECONOMIA E ISSO VAI DEPENDER DA RECUPERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS”

põe a taxa de investimento, a queda foi maior ainda. Enquanto não tivermos uma recuperação da indústria, não teremos crescimento sustentado da economia e isso vai depender da recuperação dos investimentos. Em parte, as exportações vão ajudar um pouco. Se a indústria não crescer, a economia vai continuar patinando durante muito tempo.

Goiás Industrial - O tombo foi mais acentuado em máquinas e investimentos e, neste sentido,

mais severa na indústria.

Nelson Marconi - Não temos esses dados nesse nível de desagregação. Mas, pelo comportamento da indústria, fica evidente que a queda do investimento foi mais forte na indústria, embora os demais setores tenham sofrido bastante com isso. Para se ter uma ideia, em 2015, o investimento teve uma queda de 14% em volume, sem considerar os preços. Houve queda de 8,5% no setor da construção e de 26,5% na indústria de máquinas e equipamentos, dentro da formação bruta de capital fixo [conceito que define o investimento nas contas nacionais]. No que está classificado como “outros”, que inclui pesquisa e desenvolvimento, softwares, a queda foi de 2,5%. Percebe-se uma perda bastante forte no setor de máquinas e equipamentos, diretamente ligada à capacidade produtiva da economia.

Goiás Industrial - A tendência de recuperação das exportações, fundamentalmente em função do câmbio, tende a trazer algum impacto no setor de manufaturas? Isso já está sendo percebido?

Nelson Marconi - Sim, lógico. Isso impacta positivamente todos os setores exportadores de manufaturas. Na verdade, isso vai reduzir a queda (da atividade industrial). Teremos uma retração menor. Segundo estatísticas da Funcex (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior), olhando a evolução do quantum exportado, já há setores que estão melhorando seu desempenho nas exportações, o que tem algum reflexo no mercado interno. Por exemplo, as exportações de produtos da indústria do fumo, do vestuário, de celulose estão em elevação, com recuperação para metalurgia e mesmo no setor de automóveis. A questão é que para alguns desses setores, como automóveis, que tiveram queda muito grande no mercado interno, essa elevação das exportações não é suficiente para reverter esse tombo. Na verdade, o que se consegue é amenizar um pouco a crise. Mas esses são os números até dezembro.

Goiás Industrial - O que se imagina daqui em diante?

Nelson Marconi - Esses setores devem ter uma melhoria neste ano, mantido o câmbio nos níveis atuais, e isso vai ajudar bastante vários setores da indústria e vários deles estão mostrando tendência de alta, ainda que a variação continue negativa quando se olha o acumulado em 12 meses.

Goiás Industrial - O cenário internacional tende a ajudar ou será mais um fator de desestímulo?

Nelson Marconi - O cenário internacional vai ajudar muito. O que pode acontecer é que o País pode não conquistar novos mercados ou aumentar a demanda por seus produtos, mas conseguir mercados que outros países ou outros setores estavam atendendo antes. É como se, com esse câmbio, o País conseguisse capturar mercados.

Goiás Industrial - A desaceleração do mercado mundial, projetada para este ano, o desaquecimento da China, as dificuldades da Europa de sustentar um ritmo de crescimento mais forte podem ser um problema a mais?

Nelson Marconi - Sim, sim, isso pode ser uma dificuldade adicional. Mas, como estava falando, podemos ganhar justamente, não ampliando mercados, mas capturando a demanda que hoje está sendo atendida por outros países.

Goiás Industrial - A economia

brasileira foi favorecida, até mais ou menos 2010, por um ganho importante nos termos de troca internacionais. Desde lá, houve uma reversão desse processo. Qual a importância dessa mudança para o País?

Nelson Marconi - Não tenho como quantificar isso agora. Mas quando você observa os anos nos quais o País cresceu mais na década passada, foram os anos em que as exportações aumentaram mais. O que a gente consegue olhar é a contribuição que o mercado externo deu para o crescimento do PIB ao longo de alguns anos, mas o mercado externo como um todo. De qualquer forma, com certeza a reversão nos termos de troca ajudou a termos um quadro pior. Fizemos muita bobagem, cometemos erros de política econômica, mas não foi só isso. Você teve uma ajuda forte do cenário externo.



“QUANDO SE TENTOU FAZER UMA MUDANÇA COM CÂMBIO DESVALORIZADO E JUROS BAIXOS, TÍNHAMOS DE TER FEITO UMA POLÍTICA FISCAL CONTRACIONISTA, E ISSO NÃO FOI FEITO, O QUE GEROU O PROBLEMA DE POLÍTICA ECONÔMICA QUE ESTAMOS CARREGANDO ATÉ HOJE”

Goiás Industrial - Entre essas 'bobagens', como o sr. cita, quais foram mais fatais em termos de atividade econômica?

Nelson Marconi - Veja bem. Tivemos um crescimento forte durante muito tempo baseado num mercado internacional que estava crescendo muito e isso aumenta as exportações, abre espaço para ampliarmos as importações, aumenta a produção doméstica, aumenta a arrecadação e abre espaço para o governo gastar mais. Quando a crise vem, no final dos anos 2000, o governo começa a sentir mais essa crise, porque as exportações começam a diminuir, principalmente de manufaturados, a arrecadação começa a cair, o governo faz uma série de incentivos para as empresas, diminuindo ainda mais a arrecadação, continua gastando muito e, com isso, a gente entra, depois de alguns anos, numa situação fiscal bastante complicada e também o governo não conseguiu colocar a taxa de câmbio no lugar, como está agora. Então, é uma combinação dos dois fatores. Tanto a retração do mercado externo, quanto a adoção de políticas econômicas erradas aqui dentro. Quando se tentou fazer uma mudança com câmbio desvalorizado e juros baixos, tínhamos de ter feito uma política fiscal apertada, contractionista, e isso não foi feito, o que gerou o problema de política econômica que estamos carregando até hoje.

Goiás Industrial - A volta da CPMF pode ser um caminho para se fazer esse ajuste fiscal

ou isso seria contraindicado num momento de retração econômica?

Nelson Marconi - Acho difícil conseguir aumentar impostos num cenário de crise. Mas a questão é que o Estado precisa ter fontes de financiamento claras, principalmente para a Previdência e, nesta área, especialmente para a aposentadoria rural, que é a que está mais desequilibrada hoje. Então, alguma forma de financiamento será necessária para podermos equilibrar essas contas. Hoje seria muito difícil fazer isso. A gente só conseguiria aprovar um imposto ou contribuição, seja eles quais forem, se ao mesmo tempo você fizer um corte de despesas do outro lado. Aí se consegue fazer algum tipo de negociação. Do contrário, acho muito difícil. ■

Boas de estágio

Empresas goianas focam no ato educativo para formar talentos e mostram por que transformam o chão de fábrica numa sala de aula especial

Célia Oliveira

O negócio da Heinz Brasil é produzir alimentos. Situada em Nerópolis, na Grande Goiânia, a famosa indústria global produtora de ketchup e outros molhos mantém, paralelamente à sua atividade diária, uma política de valorização do estágio, o que fez a indústria ser destaque em Goiás e nacionalmente, entre empresas que se abrem a essa prática educativa, por meio de iniciativa do Instituto Euvaldo Lodi, com o Prêmio IEL de Estágio.

A política de estágio da empresa é um instrumento necessário para gerir e regular as atividades dos estudantes que entram para a vivência prática. “Essa política é sustentada em três pilares: primeiro, a empresa busca estagiários com perfil de ‘visão de dono’; segundo, vontade de crescer e, finalmente, crença na cultura e nos valores da indústria”, cita o gerente de Gente, Raphael Bozza.

De acordo com ele, dentro do processo de estágio da Heinz, o jovem recebe treinamentos e é motivado a desenvolver um projeto que, ao final de seis meses e após avaliação do corpo gerencial, pode levá-lo ao programa de trainee, bem como à contratação efetiva. “Com essa política, mostramos ao estagiário seu valor, sua importância, competência e onde pode chegar”, salienta Bozza.

Também parceira do IEL Goiás, participante do prêmio e igualmente reconhecida no Estado e no Brasil, a Agroquima Produtos Agropecuários, há mais de 30 anos, mobiliza o quadro de estagiários, ao envolvê-los no processo da experiência prática, com desafios e resultados propostos, valorizando pontos inerentes a uma qualificação técnica, humana e profissional.

A política de estágio na indústria é um balizador de aprendizagem, exercício da profissão e mediação teórico-prática. “O objetivo da empresa é descobrir talentos, dar conhecimento e contratar”, frisa a coordenadora de estágio, Giampaola Paolini.

Por ser uma das prioridades da Agroquima, o programa de estágio está ancorado em estratégia que resguarda

como diferencial a vivência no campo e, também, treinamentos sobre questões técnicas, vendas, neurolinguística, cursos e simpósio de estágio.

Segundo a coordenadora, o programa prevê o desenvolvimento completo dos estagiários aprovados em processo seletivo. Frutos desse empenho são as diversas mudanças já implantadas na empresa por iniciativa de estudantes.



■ **Raphael Bozza, gerente de Gente da Heinz Brasil:** “A política de estágio da Heinz mostra ao estudante onde ele pode chegar”



■ **Giampaola Paolini, coordenadora de estágio da Agroquima Produtos Agropecuários:** “Queremos descobrir talentos e contratar”



■ **Erika Batista Marçal, analista de Recursos Humanos da LG Lugar de Gente:** “Todo o trabalho com o estudante visa diminuir o tempo dele como estagiário”

POLÍTICA PARA ASSERTIVIDADE

Na LG Lugar de Gente, empresa de Aparecida de Goiânia especializada em tecnologia para gestão de pessoas, o programa de estágio, implantado desde 2006, busca integrar o estudante ao ambiente empresarial, possibilitando a verdadeira prática do conhecimento adquirido no meio acadêmico.

Com um programa de capacitação que prevê treinamento, envolvimento com as equipes, participação na implementação de produtos e contratação, a empresa opta por estagiários que queiram experimentar todas as áreas da empresa, colaborando com melhorias que possam ser incorporadas no dia a dia.

“Somos uma empresa que respira inovação e precisamos de profissionais com capacidade criativa e de inovação, sejam estagiários ou não. Então, procuramos pessoas que adiram aos valores da empresa e que tenham vontade de crescer”, declara a analista de Recursos Humanos, Erika Marçal.

Conforme ela, todo o trabalho em torno do estudante visa diminuir o tempo

dele como estagiário dentro da empresa, vislumbrando uma contratação com maior rapidez. Como resultado dessa política para o desenvolvimento de pessoas, a LG Lugar de Gente efetiva a quase totalidade dos jovens.

O estágio compõe uma das práticas de gestão de pessoas da empresa ao valorizar e investir na formação contínua dos estudantes, oportunizando uma carreira promissora dentro da mesma e “dando como retorno uma contratação mais assertiva, pois o estagiário foi desenvolvido aqui e já está inserido nos valores da empresa.”

UMA INSTITUIÇÃO QUE É EXEMPLO POSITIVO

Voltada ao desenvolvimento de atitudes empreendedoras, a política de estágio no Sebrae Goiás está centrada no denominado Programa Talento Empreendedor e tem por finalidade, também, contribuir com o ingresso do estagiário no mercado de trabalho, tendo o jovem considerável conhecimento das exigências de empresas modernas.

“Esse programa nasceu com o compromisso da instituição em despertar e

contribuir com o desenvolvimento do empreendedorismo em todos os níveis”, salienta a analista técnica de Gestão de Pessoas, Fernanda Stefani.

Na política de estágio consta o Prêmio Talento Empreendedor, iniciativa reconhecida da participação do jovem nas práticas de estágio propiciadoras de aprendizagem traçadas pela instituição. Durante dois anos (tempo máximo de vigência de um contrato de estágio), o estudante é conduzido a visitas técnicas, palestras, cursos e, ao final, à elaboração de um plano de negócios, cuja meta é “estimular os estagiários ao planejamento de futuras empresas e o potencial empreendedor dos mesmos, conhecendo os pontos fortes e fracos de um negócio, as oportunidades e ameaças e análise dos investimentos necessários.”

Os estudantes com melhor desempenho e aproveitamento, conforme as atividades propostas no Programa Talento Empreendedor, são mantidos em um banco de talentos eletrônico, disponíveis para empresas, para o mercado de trabalho, porque “não há contratações, uma vez que o ingresso no quadro de funcionários do Sebrae se dá por meio de processo seletivo público”, observa Fernanda Stefani. ■

O que elas preveem nos Programas de Estágio

Heinz Brasil	Agroquima	LG - Lugar de Gente	Sebrae
<ul style="list-style-type: none"> ▶ Metodologia de avaliação de candidatos ▶ Processo de integração ▶ Processo seletivo ▶ Trilhas de aprendizagem 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Processo seletivo com feedback para os não-aprovados ▶ Acompanhamento de desempenho ▶ Plano de capacitação ▶ Recrutamento interno e contratação ao final do estágio 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Treinamento específico na área de atuação ▶ Plano de desenvolvimento individual ▶ Integra equipe de alto desempenho ▶ Participação efetiva na implementação de produtos 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Programa Talento Empreendedor ▶ Prêmio Talento Empreendedor ▶ Banco de Talentos



Índice de efetivação de estagiários

Heinz Brasil **30%**

Agroquima **80%**

LG - Lugar de Gente **96%**



■ **Unidade Integrada Sesi Senai Rio Verde:** expansão de estrutura física permitirá dobrar capacidade de atendimento

Corrida para o Sudoeste

Com nova unidade e ampliações, Sesi e Senai reforçam atuação em um dos principais polos produtivos de Goiás

Andelaide Lima

Formado por 26 municípios, o Sudoeste Goiano se destaca como importante polo de desenvolvimento socioeconômico do Estado, impulsionado pelo volume de riquezas produzidas pelo agronegócio. Com safras cada vez mais bem-sucedidas, o setor tem movimentado a economia local e atraído novos empreendimentos. Atentos a essa performance, Sesi e Senai se mobilizam para aumentar a oferta de produtos e serviços às indústrias da região, que já são atendidas por unidades fixas instaladas em Rio Verde, Mineiros e Quirinópolis e também por meio de ações móveis

Com demanda crescente por profissionais qualificados, novos investimentos foram feitos na ampliação das Unidades Integradas de Rio Verde e Quirinópolis e na implantação de mais uma unidade, agora em Jataí.

Quarta cidade do Sudoeste a abrigar uma escola do Senai, Jataí está entre os 15 municípios mais competitivos



■ **Humberto Machado, prefeito de Jataí:** “A parceria com o Senai vai ampliar o acesso da população ao mercado de trabalho, gerar mais emprego e renda e fortalecer a economia do município”

de Goiás. Fruto de parceria com a prefeitura municipal, que cedeu área para sua construção, a nova escola deve começar suas atividades no segundo semestre, com oferta inicial de cursos de mecânica industrial e nas áreas de segurança do trabalho e gestão.

Para o prefeito Humberto Machado, a chegada da instituição a Jataí vai possibilitar a capacitação da mão de obra local, além de atender a antiga reivindicação de grandes empresas do setor agroindustrial. “A parceria com o Senai vai ampliar o acesso da população ao mercado de trabalho, gerar mais emprego e renda e fortalecer a economia do município”, diz.

A quarta maior no Estado

Vice-líder no ranking dos municípios mais competitivos de Goiás, Rio Verde é a quarta maior economia do Estado e cidade-polo de crescimento regional com ▶

influência em outros 85 municípios, que abrigam mais de 13 mil empresas. Diante do desafio de acompanhar a evolução desse grande e diversificado parque agroindustrial, a Unidade Integrada Sesi Senai Rio Verde passou por ampla expansão de sua estrutura física, que permitirá dobrar a capacidade de atendimento, elevando o número de matrículas de 5 mil para 10 mil por ano.

Com investimento em torno de R\$ 8 milhões, a unidade ganhou máquinas e implementos agrícolas, ampliou oficinas, laboratórios e salas de aula. “A modernização visa reforçar os serviços que já prestamos e investir pesadamente no setor de agroindústria, além de incrementar as atividades voltadas para as áreas de metal-mecânica e eletrotécnica”, explica o diretor do Sesi Senai Rio Verde, Hélio Santana.

Aprimoramento técnico

Gerente de Operações da Brasilata – indústria de embalagens metálicas –, Angelo Thomaz destaca a ampliação da unidade Sesi Senai Rio Verde como fator estratégico para as empresas da região. “A cidade está cada vez mais industrializada, principalmente por agroindústrias e prestadores de serviços nos mais diversos

setores. A estrutura antiga já não tinha condições de atender à demanda crescente por qualificação de mão de obra”, observa.

Angelo ressalta ainda a importância da parceria mantida com a unidade para aprimoramento técnico de mecânicos e eletrotécnicos. “Somos uma empresa metalúrgica de alta tecnologia, a qualificação oferecida pelo Senai é fundamental para o desenvolvimento de novos produtos, processos e inovações, e alcance de resultados.”

SETOR SUCROENERGÉTICO GANHA NOVO REFORÇO

O município de Quirinópolis deu um salto significativo em seu desenvolvimento socioeconômico a partir da implantação de grandes indústrias sucroalcooleiras, como a Usina Boa Vista e a SJC Bioenergia, que mudaram o perfil econômico da cidade, antes voltado somente para a agricultura de grãos e pecuária.

Diante desse cenário, em 2010, Sesi e Senai instalaram ali um núcleo integrado, em parceria com prefeitura, que cedeu os ambientes, e com as usinas Boa Vista e São Francisco, responsáveis pelos equipamentos.

De lá para cá, o núcleo foi ampliado

e ganhou maior autonomia com a transformação em Unidade Integrada Sesi Senai Quirinópolis. A última expansão, a ser inaugurada ainda este ano, contou novamente com os parceiros. Com investimentos que totalizam R\$ 2 milhões, a escola quase triplica sua área total, que passou de 6 mil m² para 15 mil m², e inclui a construção de um laboratório de solda, de um galpão para máquinas, equipamentos e ferramentais para capacitação de mão de obra no segmento agrícola, entre outras instalações.

Os novos ambientes vão dar suporte à realização de cursos na área de soldagem, como solda no processo eletrodo revestido, MIG/MAG e solda TIG, e na área agrícola, como mecânico de motores diesel, mecânico de máquinas agrícolas e eletricitista de veículos.

Diretor Administrativo e Financeiro da SJC Bioenergia, Jeferson Degaspari ressalta que a nova ampliação da unidade Sesi Senai está alinhada com as demandas das empresas da região ao possibilitar a formação de maior número de profissionais. “A SJC Bioenergia tem relação histórica muito estreita com a unidade Sesi Senai Quirinópolis, principalmente na preparação de mão de obra para a empresa. Isso contri-



■ **Angelo Thomaz, gerente de Operações da Brasilata:** “A qualificação oferecida pelo Senai é fundamental para o desenvolvimento de novos produtos”



■ **Jeferson Degaspari, diretor da SJC Bioenergia:** “Passamos a ter profissionais mais bem remunerados”



■ **Ricardo Gonçalves, diretor da Usina Boa Vista:** parceria com Unidade Sesi Senai reflete nos resultados da empresa

buiu não somente com o desenvolvimento da usina, mas, também, das comunidades em que ela está inserida. Com a capacitação, passamos a ter profissionais mais bem remunerados e com habilidades e atitudes que contribuem com o crescimento econômico do município.”

Para o diretor Agroindustrial da Usina Boa Vista, Ricardo Gonçalves, a parceria com Sesi Senai é de fundamental importância para que as metas de produção da empresa possam ser atingidas com qualidade e segurança. Ele explica que com as novas instalações a unidade integrada também vai poder capacitar mão de obra para as atividades agrícolas. “Uma moderna unidade agroindustrial como a Usina Boa Vista necessita de pessoas com conhecimento técnico especializado. Do ponto de vista social, a empresa investe na qualificação profissional, proporcionado acesso à geração de renda e elevando a qualidade de vida da população. Temos um grupo de colaboradores que foram contratados como aprendizes e, atualmente, ocupam funções estratégicas na empresa, pois permaneceram em contínua atualização profissional.”

NA HISTÓRIA

O Senai está presente no Sudoeste desde 1977, mas foi em 1998 que a instituição deu um grande salto, impulsionado pela força do agronegócio, ao inaugurar em Rio Verde a Escola Senai Fernando Bezerra, denominação em homenagem ao então presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com a prefeitura. Em 2006, a integração das atividades com o Sesi otimizou recursos, potencializou a capacidade de serviços e melhorou o atendimento às indústrias de Rio Verde e municípios vizinhos, como Acreúna, Santa Helena, Cachoeira Alta, Caçu, Perolândia e Chapadão do Céu. Gradativamente, as instituições ampliaram a atuação na região com a implantação de unidades integradas em Quirinópolis e Mineiros, que também são frutos de parcerias com a iniciativa privada e o poder público.

Indústria e comunidade são atendidas com diversas atividades integradas de educação profissional e ensino básico, saúde e qualidade de vida, esporte e lazer, além dos programas Atleta do Futuro, Ginástica na Empresa e Educação de Jovens e Adultos. Os principais setores atendidos são os de metalmeccânica, eletricidade, automotivo, sucoenergético, costura, e indústrias de alimentos e de fabricação e manutenção mecânica. ■



■ **Escola Senai Fernando Bezerra, inaugurada em 1998, transformada depois em unidade integrada**



■ **José Maria Gomes da Silva e o filho, Hebert Pereira da Silva:** mais bem preparados para enfrentar as exigências do mercado

Armas contra a crise

Empregados com níveis mais elevados de escolaridade e qualificação asseguram ganhos para a empresa e também um lugar no mercado de trabalho

Daniela Ribeiro

Aos 51 anos, José Maria Gomes da Silva decidiu voltar para a sala de aula. Se matriculou em uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA), realizada por meio de uma parceria entre Sesi Goiás e MRV Engenharia. De segunda a sexta-feira, após o expediente de trabalho, ele troca o uniforme e as ferramentas que utiliza como armador em obras de um condomínio da construtora, na Vila Moraes, região Leste de Goiânia, pela camiseta de uniforme, livros e cadernos. O espaço que abrigará o salão de festas do novo prédio foi transformado em local de estudos. A oportunidade de escolarização, sem ter de sair do local de trabalho, tem dado bons resul-



■ **Abadio Furtado, gestor ambiental da MRV Engenharia:** mercado busca constantemente pessoas mais qualificadas

tados para ele. “Antes, eu lia com dificuldade. Hoje, sinto que estou mais preparado para tudo.”

A MRV Engenharia já formou mais de 110 salas de aulas em canteiros de obras espalhados pelo Brasil, a exemplo de Goiânia. Para o gestor ambiental da empresa de construção civil, Abadio Furtado, o mercado busca constantemente pessoas qualificadas e, em época de crise, com desemprego em alta, isso fica cada vez mais evidente.



■ **Fabiano Vieira, aluno da turma de EJA na MRV:** “Tenho muitos sonhos. Entre eles está fazer um curso técnico e uma faculdade”

“O profissional encara essas oportunidades com intuito de agregar conhecimento pessoal e consequentemente manter-se no mercado de trabalho e até mesmo buscar uma promoção”, diz.

Furtado explica que investir em educação e qualificação traz ganho não apenas para o funcionário, mas também para a empresa. “O mercado da construção civil tem o maior índice de pessoas com baixa escolaridade e até mesmo analfabetas. O investimento nesses profissionais causa um impacto positivo diretamente na produtividade, melhorando o produto final e aumentando a satisfação do cliente”, ressalta. O gestor lembra que os projetos sociais também valorizam a imagem da empresa perante a sociedade e principalmente dos investidores.

De volta ao banco da escola

No canteiro de obras da MRV Engenharia, José Maria divide a sala de aula com 11 colegas, entre eles o filho Hebert Pereira da Silva, de 30 anos. Com a mesma profissão do pai e história semelhante, Sil-

va, que havia interrompido os estudos aos 18 anos, não pensou duas vezes quando soube que teria uma turma de EJA no local de trabalho. “Sempre tive vontade de voltar a estudar, mas tenho quatro filhos e eles sempre tiveram que ser prioridade.”

Na contramão do cenário econômico do Brasil, cuja previsão é de que a taxa de desemprego chegue a 13% até o final do ano, Hebert está otimista e planeja abrir o próprio negócio. “Consegui superar meu maior adversário: eu mesmo. Vou concluir o ensino médio e fazer faculdade de Engenharia Civil. Quem sabe futuramente não viro concorrente da MRV”, brinca enquanto faz a tarefa ao lado do pai.

A busca por um futuro melhor também motivou o britoneiro Fabiano Vieira, de 24 anos, a voltar a estudar na turma de EJA da MRV Engenharia. Longe da escola desde os 17 anos, ele veio de Pernambuco para Goiânia em busca de uma vida melhor para os dois filhos. “Tenho muitos sonhos. Entre eles está fazer um curso técnico e uma faculdade.”

AÇÕES VÃO AO ENCONTRO DO TRABALHADOR

Canteiro de obras, frigoríficos, mineradoras e fábricas diversas são exemplos de lugares que recebem in loco ações de educação do Sesi Goiás. Gradativamente, a instituição direciona ao trabalhador da indústria suas atividades, contribuindo para elevar a escolaridade e a qualificação profissional. Em 2015, a participação de trabalhadores chegou a 59% nas 31.946 matrículas em educação continuada e 51% no total de 16.020 em educação básica. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) beneficiou, no ano passado, 5.478 trabalhadores de 43 empresas espalhadas pelo Estado. No mesmo período, a modalidade de Educação Corporativa atendeu mais de 80 empresas, com 34.931 colaboradores qualificados.

Em Anápolis, a Granol, indústria de grãos, farelos, óleos vegetais e biodiesel, desenvolveu programa de capacitação de líderes da empresa por meio de cursos de Educação Corporativa, oferecidos em ►

parceria com o Sesi Jundiaí. Atualizar, sistematizar ou adquirir novos conhecimentos. Os cursos na modalidade de Educação Corporativa são desenvolvidos nas indústrias ou em unidades fixas e móveis para atender com aprimoramento de competências dos trabalhadores.

A analista de Recursos Humanos da empresa, Bruna Avelar Stival, diz que a ação realizada in company favorece a participação do funcionário, a assiduidade e até mesmo a troca de experiências durante os intervalos. Ela percebeu que, após a capacitação de líderes, a relação entre gestores e subordinados melhorou dentro da indústria. Além disso, os participantes estão mais motivados e comprometidos com as práticas de Recursos Humanos. “Eles absorveram bem o que foi ensinado e estão conseguindo aplicar no dia a dia.”

Retendo talentos

O Frigorífico Minerva, localizado em Palmeiras de Goiás, investiu na reten-

ção de talentos em 2016 e irá realizar, em parceria com o Sesi, 22 cursos ao longo do ano. Até dezembro, 550 colaboradores devem ser capacitados. Para a analista de RH da indústria Lisânia Couto, o sucesso de uma empresa depende do bom desempenho dos profissionais que nela trabalham. “Ao ser valorizado, o funcionário acredita e motiva-se em buscar novos conhecimentos. Para que isso aconteça, a Minerva continuará investindo e disponibilizando treinamentos e cursos que possibilitarão a qualificação de seus colaboradores.”

Educação a distância

Em 2015, o Sesi Goiás realizou 15.473 matrículas na modalidade Educação a Distância. Além da comodidade de poder estudar de qualquer lugar e em qualquer horário, em 2016, a EaD passou a oferecer cursos permanentes, nos quais o aluno realiza a matrícula e poderá iniciar as aulas imediatamente, sem a necessidade de aguardar a formação de uma turma. São

oferecidos 13 cursos gratuitos e 38 pagos abrangendo as áreas de segurança, educação, gestão e meio ambiente, entre outras.

(Veja mais cursos ofertados no site www.sesigo.org.br)

Indústria dentro da escola

O Sesi procura ir ao encontro do trabalhador da indústria para facilitar o acesso às ações oferecidas pela instituição. No entanto, oferece a oportunidade para que os industriários visitem as unidades e conheçam de perto as atividades desenvolvidas. Em março, ao completar 33 anos, o Sesi Planalto, em Goiânia, comemorou a data com realização de cursos de Atendimento ao Cliente e Técnicas de Vendas voltados a colaboradores do setor industrial. Além da capacitação gratuita, os participantes tiveram informações sobre as modalidades esportivas, de saúde e educação desenvolvidas no Sesi Planalto. ■



■ **Bruna Avelar Stival, da Granol:** após a capacitação de líderes, melhorou a relação entre gestores e subordinados dentro da indústria



■ **Lisânia Couto, analista de RH do Frigorífico Minerva:** sucesso da empresa depende do bom desempenho dos profissionais



Caminhos da inovação tecnológica

A sociedade contemporânea, de organização complexa, tem desafios em diversas áreas, como ambiental, social, política, acadêmica, econômica, tecnológica e industrial. Claro que um equilíbrio dinâmico entre essas áreas é parte da responsabilidade das corporações modernas, sendo risco enorme negligenciá-las. Seria inconcebível pensarmos o desenvolvimento do mundo contemporâneo sem a presença da tecnologia e de seus impactos. Dentre os desafios prioritários para o setor industrial, está a inovação tecnológica. O Plano Brasil Maior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) indicam com clareza essa urgência.

Uma realidade a ser considerada no impacto e na importância da inovação tecnológica é sua interlocução com problemas de alta complexidade, que certamente incrementam os pilares de uma economia de inovação. Incorporar no espaço produtivo realidades que assumam o desafio de abordar tais problemas, de pressupostos complexos, é um caminho para migração de uma economia industrial de manufatura para uma economia de inovação.

No contexto e na realidade brasileira, marcada pela oscilação econômica, seria um desafio enorme deixar esse ônus exclusivamente para a indústria. Um aprendizado com as políticas do CNPq/RHAE, que objetiva incorporar elevadas competências no cotidiano industrial, é que inovação tecnológica é fruto da maturidade e competência científica. Há fundamentos importantes em sua dinâmica, que exigem necessariamente o alcance da excelência acadêmica e da maturidade científica, numa área específica do conhecimento. É preciso, portanto, dar ao conhecimento científico características de conhecimento básico direcionado ao setor produtivo. A trajetória de sucesso de várias ações inovativas da Fundação Fraunhofer, da Ale-

“Seria inconcebível pensarmos o desenvolvimento do mundo contemporâneo sem a presença da tecnologia e de seus impactos.”

HAMILTON B. NAPOLITANO, professor da Faculdade Senai Roberto Mange, em Anápolis, e bolsista de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico do CNPq

manha, indica quatro etapas como essenciais: pesquisa básica, pesquisa básica direcionada ao setor produtivo, pesquisa aplicada e inovação tecnológica. O planejamento destinado a alcançar a inovação tecnológica precisa acompanhar a dinâmica da pesquisa básica, bem como compreender suas especificidades e avanços, e ainda estar em sintonia com as potenciais aplicações no setor produtivo. A inovação é a última etapa de um processo ancorado numa pesquisa fundamental.

Como alternativa nessa trajetória, está a instituição de Comitê de Inovação, parte da política de inovação da empresa. Ou seja, em vez de contratar diretamente essas competências, a empresa pode se associar com alguma Instituição de Ciência e Tecnologia (ICT) e estabelecer estratégias alinhadas às demandas específicas, visando à obtenção da inovação, em todos os níveis (da incremental a radical). O avanço da globalização acentua a necessidade de inovação. Cabe ainda destacar que a inovação, no contexto brasileiro, é dependente tanto da ICT quanto da indústria. Uma inovação intramuros seria, para a maioria das empresas, inviável. No contexto de uma economia industrial de inovação, dominante nos países desenvolvidos, a inovação é uma necessidade dessas sociedades contemporâneas e não uma opção. ■

No fio do BIGODE

Indústria defende que a negociação coletiva prevaleça sobre o que está escrito na legislação trabalhista, como um dos caminhos para enfrentar a crise



■ **Novo marco para o emprego:** empresários acreditam que flexibilização das relações de trabalho poderia estimular a produtividade

A final, flexibilizar a legislação trabalhista, assegurando força de lei à negociação coletiva, pode ser um caminho para enfrentar a crise, retomar o crescimento e criar empregos? Na visão da indústria, sim, essa deveria ser a receita para a retomada, o que exigiria a construção de um novo marco trabalhista, capaz de promover a desburocratização no mundo das leis do trabalho.

“O setor industrial estabeleceu algumas linhas centrais para a construção da modernização das relações de trabalho. Sem dúvida, a mais emblemática e com maior potencial de alterar as bases do sistema é a valorização dos processos de negociação”, afirma Pedro Alves de Oliveira, presidente da Fieg. Em sua visão, a legislação trabalhista deveria assegurar, fundamentalmente, os direitos comuns a todos os trabalhadores, como o 13º salário, férias, adicional noturno, de periculosidade, horas extras, FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e Previdência. Mas condições específicas a cada categoria, complementa, poderiam ser livremente negociadas entre as partes, em convenções e acordos coletivos, “porque quem mais entende de cada ramo são empresas e trabalhadores”.

Ele aponta que a negociação coletiva tem se revelado mais célere e adequada “para que empregadores e trabalhadores, por meio de seus sindicatos, regulem as relações de trabalho, de acordo com suas realidades e necessidades”.

Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade acrescenta que, em momentos de crise, “é conversando que se criam condições para que uma empresa atravesse a tormenta, atendendo aos anseios comuns e mantendo o negócio em atividade”. Por isso mesmo, a seu ver, devem ser buscadas soluções de consenso que permitam enfrentar a crise na economia, tomando como princípio a prevalência do negociado sobre o legislado.

Considerando-se um cenário que combina “elevação expressiva dos custos de produção, problemas no ambiente regulatório e taxas de câmbio sobrevalorizadas”, retoma Pedro Alves, a atual legislação trabalhista “impacta diretamente a competitividade” da indústria, lembrando que o País vem perdendo participação nas etapas finais em diversas cadeias produtivas, “nas quais se agrega valor e se geram mais empregos e renda”.

Desoneração da folha

A desoneração da folha salarial, defende o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, deve ser levada em consideração nesse debate, envolvendo especialmente a



■ **Pedro Alves de Oliveira:** presidente da Fieg defende “um marco legal conclusivo sobre a terceirização” de mão de obra

extinção da multa adicional de 10% sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), criada lá atrás para desestimular demissões imotivadas, e o fim da incidência de contribuições previdenciárias sobre verbas indenizatórias. “A desburocratização deve ser considerada também fundamental para um novo marco regulatório trabalhista”, complementa Robson Braga de Andrade, da CNI.

FATOR DE COMPETITIVIDADE

A indústria demonstra preocupação igualmente com a ausência do que Pedro Alves denomina de “um marco legal conclusivo sobre a terceirização”. Em seu entendimento, a terceirização constitui hoje um “fenômeno irreversível”, numa consequência direta de nova divisão internacional do trabalho “na atual realidade econômica produtiva e globalizada, na qual a competição não se faz mais entre fronteiras ou empresas do mesmo setor, mas entre redes de produção, também conhecidas como cadeias produtivas de valor, formadas por empresas instaladas em diversas regiões e até mesmo em diferentes países”.

Ex-deputado federal, o empresário Sandro Mabel lembra ainda que há mais de duas décadas a terceirização de serviços especializados “vem ocupando espaços nos contratos de trabalho firmados, mas sem regras específicas”, o que, em sua opinião, “deixa desprotegidos tanto o trabalhador quanto o empregador, pela falta de segurança ▶

jurídica”. Autor do projeto de lei 4.330, ainda em 2004, que cria normas para regular a terceirização, Mabel relembra que a proposta foi aprovada pela Câmara “a muito custo” e “agora é levada em banho-maria no Senado”, onde sua tramitação enfrenta “dificuldades impostas por aqueles que não querem o bem dos trabalhadores e tampouco o desenvolvimento do País”.

Transformada no projeto de lei complementar 30/2015 depois de aprovada pela Câmara, a proposta continuava na Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional do Senado, sob relatoria do senador Paulo Paim (PT/RS). A CNI espera que o projeto entre na pauta de votações da casa antes do final deste ano.

PROTEÇÃO AO TRABALHADOR

A livre negociação e a terceirização são vistas com cautela pelo Departamento Intersindical de Estudos Sociais e Econômicos (Dieese). Para a coordenadora executiva do instituto, Patrícia Pelatieri, a negociação coletiva deveria ser soberana nos casos em que há sindicatos fortes e muito bem organizados, com representação no local de trabalho. “Mas esta não é a realidade para a maior parte das categorias profissionais”, argumenta ela. A legislação trabalhista surge, nesses casos, para tornar equilibradas as relações entre trabalhadores e empresas na mesa de negociações, impedindo que um interesse se sobreponha ao outro. “Não parece razoável abrir mão de uma legislação que estabelece pontos mínimos de proteção ao trabalhador”, reforça Patrícia.

Segundo a coordenadora do Dieese, a terceirização, de fato, já é uma realidade no mercado, envolvendo “milhões de trabalhadores”, principalmente nos setores de limpeza, alimentação e segurança. “Mas todos esses setores já dispõem de legislação”, aponta. Patrícia observa que, historicamente, “a terceirização no País sempre se deu para permitir que as empresas fizes-

sem ajustes pelo lado do trabalho e, sim, sempre trouxe precarização, com redução de salários para o trabalhador”.

Em praticamente 90% dos casos, o processo de contratação de mão de obra terceirizada envolve trabalhadores de empresas que vendem seus serviços, expõe Patrícia. A companhia contratante, nesse caso, estabelece os valores a serem pagos e a terceirizada “espreme os salários” para se enquadrar aos custos previstos em contrato. Não é a margem das empresas que será sacrificada na negociação, reforça ela.

O principal risco, prossegue Patrícia, é que a regulamentação proposta poderá abrir espaço para a criação de empresas sem trabalhadores, criando um cenário em que “não é possível não ter precarização”, afetando igualmente as contribuições devidas ao sistema previdenciário, o que projeta para frente problemas estruturais mais graves diante da tendência de envelhecimento da população. “Nesse sentido, a terceirização empobrece o País e concentra a renda”, sustenta.

Para desafogar os tribunais

“Não estamos mais nos anos 1940. A

legislação (trabalhista), que data daquela década, considera o trabalhador hipossuficiente, por isso há um excesso de disposições legais tratando de assuntos específicos e por isso pouquíssimos acordos extrajudiciais são aceitos”, declara o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade. Citando dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Andrade afirma que, em 2014, a Justiça do Trabalho registrava 8,3 milhões de processos trabalhistas, dos quais 3,9 milhões eram casos novos (47,6%) e 4,4 milhões representavam pendências de anos anteriores (52,4%). No ano passado, 4 milhões de casos foram julgados. A modernização da legislação trabalhista ajudaria a desafogar os tribunais.

O que pensa o empregado

A pesquisa Retrato da Sociedade Brasileira, publicada em março pela CNI, aponta que 73% das pessoas entrevistadas gostariam de trabalhar em casa ou em locais alternativos, adequando horário e local de trabalho às suas rotinas, e que 57% dos trabalhadores na ativa dispõem dessa flexibilidade. Além disso, 53% gostariam de dividir as férias em mais de dois perí-



■ **Patrícia Pelatieri:** “Não parece razoável abrir mão de uma legislação que estabelece pontos mínimos de proteção ao trabalhador”



■ **Robson Braga de Andrade:** excesso de disposições legais para assuntos específicos e “pouquíssimos acordos extrajudiciais”

odos e, sempre de acordo com a pesquisa, se pudessem, 53% topariam negociar com os chefes a redução do horário de almoço para sair mais cedo do trabalho. Uma proporção ainda maior – 63% – trocaria o alongamento do horário de trabalho por mais folgas durante a semana, enquanto 62% prefeririam receber seu vale-transporte diretamente em dinheiro. Questionados se em tempos de crise aceitariam fechar acordos temporários de redução da jornada e dos salários, 43% dos pesquisados responderam positivamente, sugestão recusada, no entanto, por 54% deles.

UMA NOVA VISÃO NO TST

“Defendo a prevalência do negociado sobre o legislado, semelhante àquilo que o próprio governo soltou que foi o PPE (Programa de Proteção ao Emprego)”, afirmou o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra Martins Filho, em entrevista ao jornal O Globo. A legislação trabalhista, em sua avaliação, deveria cobrir, fundamentalmente, os direitos comuns a todos os trabalhadores, como 13º salário, férias, adicional noturno,

de periculosidade, horas extras, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e Previdência. Os demais pontos, que dizem respeito a condições específicas de cada categoria, deveriam ser livremente negociados “na base de convenção e acordo coletivo”, defende Martins Filho.

A reforma trabalhista, a seu ver, “resolveria praticamente” a crise econômica, ajudando a conter o desemprego. O presidente do TST entende ainda que os juízes deveriam preferencialmente buscar o acordo entre as partes, “em vez de impor às empresas determinadas decisões que terão um impacto muito grande”. Como primeira providência, “um juiz deveria tentar conciliar, depois ele vai julgar”. Martins Filho indica que o TST deverá estimular as conciliações nos processos trabalhistas, adotando a medida como critério para promoções. “O juiz pode ser promovido, quanto mais conciliações ele tiver”, afirma.

Martins Filho acredita que o País necessita “urgentemente de um marco regulatório” que preveja a terceirização de atividades meio e fim. “A única coisa que não se admite é você ter duas pessoas trabalhando ombro a ombro no mesmo local,

fazendo a mesma coisa, uma sendo de uma empresa e outra de outra, uma ganhando a metade do salário da outra”, pondera ele.

OBSTÁCULO AO INVESTIMENTO

Carlos Alberto Moura, presidente do Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon-GO), acredita que as leis trabalhistas brasileiras “estão entre os principais motivos que dificultam a entrada de recursos externos no País, pois são, até certo ponto, paternalistas”. Em sua estimativa, “os custos de uma obra civil com mão de obra chegam a cerca de 50%, sendo o item mais representativo dentro da prestação de serviços da empresa”.

Em sua opinião, alguns dispositivos legais deveriam ser revistos, citando como exemplo “o caso de acidente de trajeto – onde a empresa não tem como atuar na prevenção e essas ocorrências são entendidas como acidentes de trabalho”. Esse tipo de obrigação “impacta diretamente no custo empresarial à medida que onera os tributos devidos pela empresa à Previdência Social”.

Numa reforma trabalhista, entende Moura, deveria ser dado outro tratamento ao tempo de deslocamento do trabalhador de casa ao trabalho, quando não há transporte público no local, hoje considerado como hora extra. “O profissional não está trabalhando, mas está à disposição da empresa. O setor produtivo não questiona este pagamento, o que se questiona é o fato deste período ser integrado à jornada de trabalho”, analisa o empresário.

A terceirização ganha relevância especial no setor da construção, que opera por etapas na execução de um projeto construtivo. Para Moura, a contratação de serviços terceirizados especializados vai além de apenas questão de flexibilização da legislação, correspondendo a uma tendência global, necessária para o aumento da competitividade da indústria como um todo.



■ **Ives Gandra Martins Filho:** a reforma trabalhista “resolveria praticamente” a crise econômica, ajudando a conter o desemprego



■ **Carlos Alberto Moura:** “Os custos de uma obra civil com mão de obra chegam a cerca de 50%, sendo o item mais representativo”



■ **Sandro Mabel:** “protecionismo da CLT” leva “ao engessamento das relações de trabalho” e “ao anacronismo em relação a realidade”



■ **Rafael Lara:** livre negociação exige “que as partes observem as garantias dos direitos básicos dos trabalhadores”



■ **Murilo Chaves:** “A livre negociação pode ser um caminho arriscado, pois traz insegurança jurídica às partes”

PROTECIONISMO EXCESSIVO

Em tempos de globalização e competitividade, declara o empresário e ex-deputado federal Sandro Mabel, “o protecionismo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) acarreta entraves que não param na complexidade da lei, mas levam ao engessamento das relações de trabalho com a inflexibilidade e ao anacronismo entre as exigências da lei e a nossa atual realidade”. Dessa forma, Mabel defende a modernização das leis de modo a contemplar, entre outros formatos, “o home-office, os trabalhos intelectuais, um bem valioso para as empresas e não contemplado pela CLT”, além de atender às “vontades de empregados e empregadores, adequando e valorizando as relações trabalhistas”.

Para ele, a flexibilização das relações trabalhistas e a prevalência dos acordos entre empregados e empregadores “contemplam as práticas modernas de produção, caracterizadas pelas exigências de especialização, flexibilidade de prazo, arranjos empresariais e mobilidade que não cabem dentro da legislação trabalhista brasileira vigente”. Mabel considera que o setor trabalhista “hoje se engessa em ações intermináveis e muitas vezes injustas diante de uma proteção exagerada ao trabalhador”, estabelecendo-se uma relação

de oposição entre as partes, que, em sua opinião, “estão no mesmo barco”.

DIREITOS PRESERVADOS

“Respeitar a negociação coletiva é uma necessidade e não mais uma opção”, declara Rafael Lara Martins, presidente do Instituto Goiano do Direito do Trabalho (IGT). Segundo ele, “entender que o trabalhador é hipossuficiente (a “parte fraca” da relação) não significa impedir que ele possa ser representado e venha a negociar com seu empregador”. Contemplar a livre negociação como componente da solução das questões trabalhistas, pondera Martins, exige “que as partes observem as garantias dos direitos básicos dos trabalhadores”.

É imprescindível, portanto, não perder de vista as garantias sociais e as conquistas “na melhoria da condição social dos trabalhadores, consagradas no artigo 7º da Constituição Federal”. Afinal, reforça Martins, “não se pode vislumbrar negociações que afastem a assinatura da carteira de trabalho, pagamento de salários em dia, férias e 13º salário, por exemplo”.

A legislação, dessa forma, sugere Martins, deveria assegurar um conjunto de regras mínimas ao trabalhador e, ao mesmo tempo, garantir a competitividade

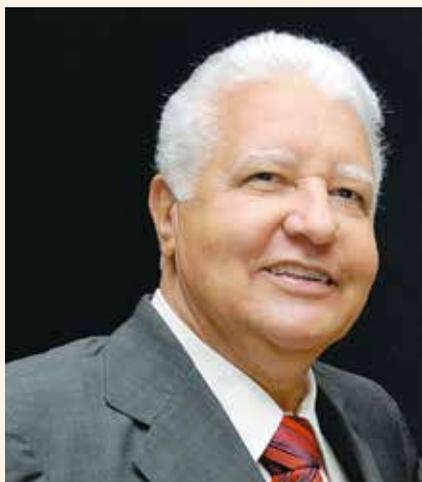
da empresa, com o objetivo mais amplo de conter a crise na economia e evitar o desemprego em massa. Assegurados esses direitos mínimos, os lados poderiam ser livres para pactuar todo o resto, com assistência sindical, no entendimento de Martins, “promovendo a negociação coletiva como base fundamental do diálogo entre trabalhadores e empregadores e fortalecendo a representação sindical, de trabalhadores e de empregadores, em todos os níveis”. A boa notícia nessa área, destaca Martins, é que o Supremo Tribunal Federal (STF) “parece caminhar no sentido de respeitar a negociação coletiva, a exemplo da decisão proferida no ano passado que fortaleceu os Programas de Demissão Voluntária (PDV), solução que vinha sendo rechaçada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST)”.

Um caminho arriscado

“Em um projeto de flexibilização das leis trabalhistas, a principal diretriz a ser observada, sob nosso ponto de vista, inclui a valorização e o incentivo da negociação coletiva”, declara Murilo Chaves, especialista em Direito do Trabalho. A correção de pontos omissos e controversos da atual legislação contribuiria, a seu ver, para preservar o equilíbrio e a segurança jurídica na



■ **Olympio Abrão:** “O horário de trabalho poderia ser mais flexível, para atender às necessidades tanto das empresas quanto dos empregados”



■ **Orizomar Araújo Siqueira:** o Brasil é um dos poucos países no mundo que dispõem de uma legislação específica para o setor trabalhista

relação entre empregados e empregadores.

Chaves afirma que a legislação atual sobrecarrega o empregador e, em muitos casos, “impede a ampliação de serviços, a contratação de funcionários e o próprio desenvolvimento das empresas”. A mudança, portanto, seria “fundamental para viabilizar o crescimento do País”. De qualquer forma, alerta o especialista, não se pode confundir “flexibilização com desregulamentação” e, “ao invés de revogar ou extinguir leis, devemos lutar para que o Direito do Trabalho seja inserido no novo contexto econômico, para que a legislação atenda ao empregador, mas não desampare o empregado”.

Em sua opinião, “a livre negociação pode ser um caminho arriscado, pois traz insegurança jurídica às partes. Pensamos que a flexibilização da legislação, priorizando a negociação coletiva entre os sindicatos e empresas, seja um bom caminho para a resolução de pendências trabalhistas e para desafogar o Judiciário”.

“HÁ REGRAS QUE PRECISAM SER OBSERVADAS”

Qualquer projeto de flexibilização das leis trabalhistas terá de respeitar direitos e interesses de trabalhadores e empregado-

res, defende Olympio Abrão, diretor presidente do Grupo Jorge Abrão, que controla as empresas Grafigel Embalagens e Igel. “Há regras dentro da CLT que precisam ser observadas”, afirma. Isso não significa que os dois lados não possam negociar entre si alguns pontos, desde que haja segurança jurídica para isso.

Abrão acredita que a própria CLT deveria contemplar mecanismos que permitam o negociado, em alguns casos, sobrepor-se à lei, desde que acordado entre as empresas e seus empregados, com a intermediação dos sindicatos. Ela cita o caso das férias corridas e da jornada de trabalho. “Às vezes não interessa nem mesmo ao trabalhador gozar todos os dias de férias num mesmo período. Pode ser mais interessante seu parcelamento. Da mesma forma, o horário de trabalho poderia ser mais flexível, para atender às necessidades tanto das empresas quanto dos empregados. Nesses casos, poderia ser permitida a negociação livre entre as partes”, argumenta Abrão.

A ausência de um marco regulatório para a terceirização, diz ainda o empresário, tem causado problemas no dia a dia das empresas do grupo. Num caso recente, a empresa contratada para fornecer serviços de limpeza e segurança quebrou e a

Grafigel, assim como as demais empresas contratantes, teve de assumir parte de seu passivo trabalhista, por determinação da Justiça. “Decidimos ainda contratar quatro funcionários da empresa falida, para não os abandonar à própria sorte. Sou a favor da regulamentação (da terceirização) para evitar abusos desse tipo”, finaliza Abrão.

Extinção da CLT

Sócio proprietário da Cromart Indústria e Comércio Ltda., indústria de galvanização e cromação de racks, pallets e separadores metálicos para câmaras frigoríficas, Orizomar Araújo Siqueira gostaria de ver revogada toda a CLT. Em seu lugar, deveria ser instituído um código capaz de “criar um ponto de equilíbrio entre trabalhador e empregador”. Segundo ele, o Brasil é um dos poucos países no mundo que dispõem de uma legislação específica para o setor trabalhista.

As obrigações trabalhistas, afirma Siqueira, citando dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), elevam em quase três vezes o custo de um trabalhador. “Para um salário-base de R\$ 1 mil, o custo final com encargos sobe para R\$ 2,86 mil. E não para por aí, porque as empresas têm ainda de socorrer também as famílias dos trabalhadores”. Siqueira afirma que sua empresa empregava 56 funcionários há três meses e teve de reduzir esse número para apenas 14, já que não recebeu uma única encomenda desde o começo do ano. “A continuar da forma em que está, teremos de fazer novas demissões”, desanima-se Siqueira. ■



Mobilização para crescer

Consórcio dos governadores do Brasil Central recebe adesão de líderes da indústria regional na construção de alternativas para retomar o crescimento

As federações das indústrias dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, do Tocantins e do Distrito Federal firmaram oficialmente sua adesão ao Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central. A iniciativa, dos governos da região, busca desenhar alternativas contra a crise econômica e para a construção de um ambiente de negócios mais favorável, o que contribuirá para atrair investimentos a projetos estratégicos para o desenvolvimento local. Um dos pontos centrais, na visão do setor, deverá necessariamente contemplar revisão da política de juros altos, envolvendo inclusive mobilização nacional em defesa da medida.

O primeiro conjunto de propostas elaboradas pelo setor industrial foi entregue ao consórcio durante reunião ocorrida no começo de março, no Palácio Pedro Ludovico, em Goiânia. Além dos governadores da região, participaram do encontro os presidentes da Fieg, Pedro Alves de Oliveira; e das federações do Distrito Federal (Fibra), Jamal Jorge Bittar; de Mato Grosso do Sul (Fiems), Sérgio

Marcolino Longen; de Mato Grosso (Fiemt), Jandir José Milan; do Tocantins (Fieto), Roberto Pires; e de Rondônia (Fiero), Marcelo Thomé da Silva de Almeida.

Em grandes linhas, as lideranças industriais propõem a adoção da meritocracia no serviço público como critério para promoção de servidores, o que estimularia a produtividade, a melhoria na qualidade dos serviços e a redução de seus custos. A mesma proposta sugere que os Estados possam fixar critérios próprios de avaliação do funcionalismo, o que exigirá a aprovação de emenda constitucional. Ainda na área de pessoal, o documento entregue pela indústria aos governadores defende a adoção de sistemas de previdência complementar, com a criação de estímulos para a migração do servidor hoje enquadrado no regime próprio de previdência nos Estados.

Como alternativa para tornar viáveis investimentos em infraestrutura, os líderes da indústria defendem ainda mudanças no sistema de garantias contemplado pela legislação que regulou as parcerias público-privadas. No documento, a indústria propõe “melhoria das condi-



■ **Propostas sobre a mesa:** governadores e lideranças empresariais discutem em Goiânia soluções para a região central do País

ções de adesão pelos Estados ao Fundo Garantidor Federal, por meio de alteração da Lei 12.712/2012 e de acordo firmado com o governo federal no âmbito da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.". Também sugere a reali-

zação de estudos de viabilidade para a formatação de um fundo de investimento com participação dos Estados e instituições de fomento, a exemplo do Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial.

COM AS PALAVRAS, AS LIDERANÇAS



FIEG

Pedro Alves de Oliveira, presidente da Fieg

"O Fórum de Governadores continua demonstrando a que veio: avançar no desenvolvimento a passos largos, criando condições para Goiás se destacar mais ainda no cenário nacional e consolidar sua imagem no mercado externo. Isso significa mais emprego e renda para a população, a partir do momento que se cria um ambiente favorável aos negócios, investindo em soluções eficientes na infraestrutura e logística, contribuindo para a competitividade do segmento produtivo. Quando as soluções são buscadas conjuntamente, esse é o resultado"



FIEMT

Jandir Milan, presidente da Fiemt

"Apesar de ser uma iniciativa relativamente recente, o encontro de Goiânia, pela relevância dos assuntos discutidos e pelas propostas mais concretas apresentadas, mostrou que o consócio caminha para sua consolidação. As federações encaminharam aos governadores, entre outras, a proposta de acabar com a estabilidade dos servidores, porque sua adoção foi um grande erro, que tem impedido o setor público de avançar. Outro assunto em pauta foi a necessidade dos investimentos elevados que precisamos fazer para melhorar a logística nos nossos Estados. O alto custo do frete onera nossa produção e nos torna pouco competitivos em relação a países e a Estados onde os portos estão mais próximos da produção"



FIETO

Roberto Pires, presidente da Fieto

"O balanço do encontro foi o melhor possível. Vejo com muito bons olhos o comprometimento dos governadores dos Estados desta região em torno de uma agenda comum. Além disso, ressalto a excelência de todas as propostas apresentadas pelas federações, com destaque para a implantação de meritocracia no serviço público. Nas últimas décadas, o processo de globalização nos mostrou que a formação de blocos pode ser muito favorável ao desenvolvimento por meio de acordos econômicos, bem como a conciliação de forças em prol de objetivos comuns"



FIEMS

Sérgio Marcolino Longen, presidente da Fiems

"O primeiro ponto que nós tratamos foi sobre a condição para que o Brasil Central consiga evoluir na discussão dos planos de cargos e salários dos servidores estaduais, bem como a questão da meritocracia para o funcionalismo. Consideramos necessário o enfrentamento de questões sensíveis ao endividamento interno dos Estados e a necessidade de promoção do investimento em infraestrutura da Região Brasil Central" ■

De onde sairá o dinheiro?

Apenas a cobrança pelo uso da água não fornecerá os recursos suficientes para bancar os investimentos previstos para a Bacia do Rio Paranaíba nas próximas duas décadas

Lauro Veiga Filho

O início em 2017 da cobrança pela utilização da água na calha federal da Bacia do Rio Paranaíba será apenas o primeiro passo na direção de uma política mais eficiente de gestão dos recursos hídricos naquela área. Sua aplicação isolada, no entanto, não deverá trazer contribuição mais relevante para estimular uso mais racional da água e financiar os planos de preservação, recomposição e manejo daqueles recursos. O texto final que regulamentou a cobrança foi aprovado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, que se reuniu em março na sede da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), refletindo o consenso possível entre os segmentos envolvidos – indústria, agricultura e o setor de saneamento e distribuição de água.

Em grandes números, aponta Giordano Bruno Carvalho, coordenador de cobrança da Agência Nacional de Águas (ANA), o programa de investimentos na bacia prevê a aplicação de R\$ 7,0 bilhões ao longo de duas décadas, o que sugere uma média anual em torno de R\$ 350,0 milhões. Com base nos preços públicos unitários aprovados para a água retirada dos rios São Marcos e Paranaíba, ambos sob domínio da União, estima-se arrecadação ao redor de R\$ 6,5 milhões a R\$ 7,0 milhões no primeiro ano de cobrança. O

valor subirá gradualmente, ao longo dos três anos seguintes, atingindo seu ponto máximo em 2020, quando se espera arrecadar qualquer coisa próxima a R\$ 10,0 milhões ou R\$ 11,0 milhões por ano, o que representaria meros 3% dos investimentos necessários a cada ano.

Segundo Carvalho, a cobrança será aplicada a todos os corpos hídricos federais que compõem a bacia, incluindo cursos d'água e reservatórios. O Distrito Federal deverá responder por mais da metade da arrecadação estimada. Diante dos valores projetados, será necessária uma complementação com recursos orçamentários dos governos estaduais, do Distrito Federal e dos municípios que fazem parte da bacia, além da União, e recursos das empresas prestadoras de serviços de saneamento e de investimentos privados.

Na avaliação de Carvalho, o Rio Paranaíba ainda comporta outorgas de uso, mas a bacia do São Marcos já não oferece mais espaço para usos adicionais. “Já há certo desequilíbrio entre oferta e demanda a montante da Usina Hidrelétrica Batalha”, constata. Com capacidade para 52,5 megawatts, a usina pertence à Eletrobrás Furnas e está localizada entre os municípios de Cristalina (GO) e Paracatu (MG).



■ **Giordano Bruno Carvalho,** coordenador de cobrança da ANA: plano de investimentos prevê R\$ 7,0 bilhões para a bacia do Paranaíba



■ Trecho do Rio Paranaíba em Itumbiara: recursos serão aplicados obrigatoriamente na gestão dos recursos hídricos



■ A hora do voto: proposta de cobrança aprovada pelo Comitê da Bacia do Rio Paranaíba, em reunião na Fieg



O preço da água

A proposta aprovada para o Preço Público Unitário (PPU) na captação da água na Bacia do Rio Paranaíba é de R\$ 0,015 por metro cúbico, valor a vigorar em 2016 e 2017. Já nos anos subsequentes, entre 2018 e 2020, o valor seria reajustado para R\$ 0,020, R\$ 0,022 e R\$ 0,025, respectivamente. O lançamento de carga orgânica na bacia será taxado ao valor inicial de R\$ 0,07 por quilo, subindo até R\$ 0,13 em 2020.

Cronograma da água

(Preço público unitário, em R\$)

TIPO DE USO	PPU	Unidade	2016 / 2017	2018	2019	2020
Captação de água bruta	PPUcap	m ³	0,015	0,020	0,022	0,025
Lançamento de Carga orgânica	PPUlanç	kg	0,07	0,11	0,12	0,13

Fonte: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba

ESTÍMULO AO USO MAIS EFICIENTE

Depois de quatro anos de discussões até a votação do texto final que regula o processo de cobrança pelo uso da água na bacia do Paranaíba chegou-se a “uma proposta de consenso, que leva em consideração os benefícios para os usuários e para a bacia, visando à melhoria na qualidade da água”, afirma Deivid de Oliveira, analista ambiental da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) e vice-presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.

Ele lembra que a cobrança é um dos instrumentos previstos na Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433, de 1997, que toma como base de cálculo as vazões outorgadas na definição dos valores a serem cobrados de grandes usuários, atingindo irrigantes, empresas de saneamento e indústrias. “A ideia é estimular o uso mais eficiente da água e aprimorar sua gestão”, resume. A decisão pela implementação da cobrança é dos comitês de bacia, que têm entre seus conselheiros representantes de usuários de água, de instituições da sociedade civil e dos poderes públicos, municipal e estadual.

“Na Bacia do Rio Paranaíba, a indústria é responsável por 18% de toda a captação de água, enquanto a irrigação responde por 80%. O segmento industrial capta uma água de baixa qualidade, a trata para uso nos processos e devolve ao leito do rio com qualidade superior à captada”, afirma a assessora executiva do Conselho de Meio Ambiente da Fieg, Elaine Farinelli. Ela comenta que grande parte das empresas reutiliza, faz o reuso da água e capta água da chuva. “O setor já possui amadurecimento no que se refere ao tema, sabe da importância da preservação e busca otimizar o uso dos recursos”, aponta.

Os níveis de recirculação e de reuso, no caso da indústria, por exemplo, vão



■ **Usina Hidrelétrica de Batalha, entre Goiás e Minas Gerais:** ANA identifica desequilíbrios entre oferta e demanda a montante da barragem

definir redutores a serem aplicados sobre o preço estabelecido pelo uso da água bruta e pelo lançamento de efluentes nos cursos d'água, podendo atingir um desconto de 20%. A agricultura também poderá ser beneficiada por descontos de 90% sobre o valor da cobrança, acrescenta Eduardo Veras de Araújo, presidente da Comissão de Irrigação da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg). Mas o irrigante terá de comprovar eficiência no uso de equipamentos. Nos próximos dois anos, retoma Giordano Bruno Carvalho, da ANA, o comitê do Paranaíba “estará comprometido nos estudos para aferir os equipamentos de irrigação e eventualmente penalizar o usuário em caso de ineficiência, o que poderá significar aumento no coeficiente de redução aplicado a preço unitário.”

“Não poderíamos ter ficado de fora desse debate, de forma a estabelecer uma forma consensual de cobrança que não inviabilizasse a produção”, argumenta Araújo. De acordo com ele, um custo muito alto poderia comprometer a produção de lavouras de baixo valor, a exemplo do arroz, do feijão e do trigo.



■ **Deivid de Oliveira, vice-presidente do comitê do Paranaíba:** proposta leva em consideração benefícios para usuários e para a bacia

A importância da bacia

A Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba é a segunda maior unidade da Região Hidrográfica do Paraná, ocupando 25,4% de sua área, e está localizada entre os paralelos 15° e 20° sul e os meridianos 45° e 53° oeste, com uma área de drenagem de 222,6 mil km². Posicionada na região



■ **Serviços ambientais:** comitê deverá definir como serão considerados investimentos realizados por empresas de saneamento

central do Brasil, ocupa cerca de 2,6% do território nacional e inclui os Estados de Goiás (63,3%), Mato Grosso do Sul (3,4%) e Minas Gerais (31,7%), além do Distrito Federal (1,6%). A bacia possui 197 municípios. Destes, 28 sedes municipais se encontram fora dos limites da bacia. O Rio Paranaíba, juntamente com o Rio Grande, é um dos formadores do Rio Paraná. Sua nascente está situada na Serra da Mata da Corda, no município de Rio Paranaíba (MG), e possui altitude de cerca de 1.100 m. Percorre aproximadamente 100 km até alcançar o perímetro urbano de Patos de Minas (MG) e segue mais cerca de 150 km até tornar-se limitrofe entre os Estados de Goiás e Minas Gerais.

OPERADORAS TERÃO DE REDUZIR PERDAS

As empresas de saneamento mais eficientes na gestão de perdas de água no sistema também estarão sujeitas a valores mais baixos. Em média, apontam Mário Guerino e Henrique Luiz de Araújo Costa, representantes da Saneamento de Goiás

S/A (Saneago), o índice de perdas de faturamento em Goiás varia em torno de 29%, atingindo 22% na capital, diante de 37,5% indicado pelo Instituto Trata Brasil em todo o País, incluindo vazamentos, roubos e ligações clandestinas, falta de medição ou medição incorreta no consumo de água. Ainda de acordo com estimativas do instituto, uma redução de 10% naquelas perdas poderia agregar R\$ 1,3 bilhão à receita operacional com a água nas empresas operadoras, representando 42% do investimento total realizado em abastecimento no País.

A água captada na calha federal da bacia do Paranaíba, estimam Guerino e Costa, representa em torno de 8% da captação total no Estado, envolvendo em torno de 90 municípios com captação superficial em toda a região. Os cálculos iniciais sugerem que a contribuição da empresa pelo uso dessas águas deverá corresponder a R\$ 423 mil por ano. O índice de perdas e a eficiência no tratamento do esgoto e os investimentos realizados pela Saneago em preservação ambiental e apoio a projetos de conservação dos solos estarão incluídos

na fórmula que permite calcular o valor final da cobrança.

Mas o comitê do Rio Paranaíba terá oito meses para debater percentuais, a fórmula para aquele cálculo e mecanismos para contemplar investimentos feitos por essas empresas em projetos de saneamento e tratamento de esgotos e em programas de preservação, acrescenta Giordano Bruno Carvalho, da ANA. Costa, da Saneago, lembra que apenas nos cinco anos previstos em contrato no Projeto Produtor de Água, na região do Ribeirão João Leite, incluindo duas microbacias, os investimentos poderão chegar a R\$ 27,0 milhões caso todos os 82 produtores da região adiram ao projeto.

No Distrito Federal, detalha Rafael Machado Mello, da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do DF (Adasa), a contribuição deverá exigir desembolsos anuais na faixa de R\$ 2,0 milhões a R\$ 3,0 milhões. Mas ele também argumenta que será preciso considerar os investimentos realizados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) em projetos ambientais, ▶



“A escassez de água provavelmente limitará as oportunidades de crescimento econômico e criação de empregos decentes nos próximos anos e décadas”

RELATÓRIO MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS 2016

que incluem recuperação e preservação de mananciais. “A ideia é que o dinheiro arrecadado pela Caesb seja investido no Distrito Federal”, sustenta.

Onde já existe a cobrança

Até o momento, a cobrança vem sendo aplicada na Bacia do Rio Paraíba do Sul, nas Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, na Bacia do Rio São Francisco e na Bacia do Rio Doce. Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo e Ceará já implementaram a cobrança nos rios estaduais. A ANA operacionaliza a cobrança e recebe o dinheiro arrecadado das bacias federais, que é repassado integralmente para as agências das bacias. Essas são entidades jurídicas de direito privado, que se encarregam da aplicação dos recursos da cobrança com base nos planos de recursos hídricos aprovados pelos comitês. No caso do comitê do Paranaíba, ainda será necessário criar uma agência que vai arrecadar e gerir os recursos obtidos com a cobrança

QUASE 80% DOS EMPREGOS DEPENDEM DA ÁGUA

“A gestão insustentável dos recursos hídricos e de outros recursos naturais pode causar graves danos às economias e à sociedade, invertendo significativamente os benefícios conquistados duramente na redução da pobreza, na criação de empregos e no desenvolvimento”, reporta a edição deste ano do Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos. Na mesma linha, o trabalho sustenta que investimentos em recursos hídricos, envolvendo sua preservação e conservação, a recuperação e a reservação, em especial em países de desenvolvimento mais tardio, mas não unicamente naquelas regiões, “são uma condição necessária para o crescimento econômico, a geração de empregos e a redução das desigualdades”.

A importância dos recursos hídricos e, mais especificamente, da oferta de água de boa qualidade para o consumo humano, para a produção de alimentos e, de forma mais ampla, para a manutenção das condições de equilíbrio que permitirão a continuidade do crescimento econômico, pode ser aferida pelos dados estimados pelo relatório. Objetivamente, 78% do total de empregos ao redor do globo são de alguma forma dependentes dos recursos hídricos, o que significa um contingente de 2,6 bilhões de pessoas. Desse total, 1,4 bilhão de empregos, representando 42% da mão de obra mundial, “são altamente dependentes dos recursos hídricos”. O trabalho estima ainda que mais 1,2 bilhão de empregos (36% do total) “são moderadamente dependentes”. Neste último grupo, a Organização das Nações Unidas (ONU) inclui a construção civil, as atividades econômicas relacionadas à recreação e ao transporte de pessoas e cargas.

O trabalho destaca a água como um componente essencial para as economias nacionais e locais e, na verdade, “é necessária para criar e manter empregos em todos os setores da economia”. Metade da força de trabalho global está empregada em oito setores dependentes em algum nível de recursos hídricos e naturais, incluindo agricultura, silvicultura, pesca, energia, manufatura com uso intensivo de recursos, reciclagem e os já citados construção e transporte.

A captação de água doce tem crescido a um ritmo anual médio próximo a 1% em todo o mundo desde os anos 1980, puxado pela demanda crescente dos países em desenvolvimento, indica o relatório. Para a maioria dos países altamente desenvolvidos, no entanto, a captação e, portanto, o consumo de água doce “tem se estabilizado ou diminuído levemente”. Num cenário de mudanças climáticas, que podem criar quadros severos de restrição hídrica em partes do globo, afetando mais sistematicamente países de me-

nor desenvolvimento, “a escassez de água provavelmente limitará as oportunidades de crescimento econômico e criação de empregos decentes nos próximos anos e décadas”, insiste o trabalho.

Mudanças na área industrial

Importantes fontes de empregos decentes em todo o mundo, com um quinto da força de trabalho global, a indústria e a manufatura são responsáveis por aproximadamente 4% da captação de água no planeta, descreve o relatório da ONU. As previsões sugerem que somente a manufatura poderá aumentar o uso de recursos hídricos em 400% até 2050. “Com a melhoria da tecnologia industrial e a maior compreensão sobre o papel essencial da água na economia, bem como das tensões ambientais geradas sobre os recursos, a indústria está tomando medidas para reduzir seu consumo de água por unidade



■ **Água na indústria:** mais de 70% das indústrias adotam ações para redução do consumo

produzida, melhorando assim a produtividade industrial com relação ao uso da água”, aponta o estudo.

O trabalho constata que o setor tem direcionado maior atenção à qualidade da água, “especialmente a jusante”, o que tem se traduzido na adoção de tecnologias de reuso, reciclagem e recirculação dos recursos hídricos, “com possíveis benefícios em termos de empregos mais bem remunerados dentro da indústria (para os funcioná-

rios treinados), assim como fornecedores de equipamentos de tratamento de água”. Em pesquisa realizada em novembro, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) constatou que 71,4% entre 517 indústrias entrevistadas passaram a adotar ações para reduzir o consumo de água nos dois anos anteriores, 69,8% delas implantaram sistemas para controlar o consumo e 65% tornaram o reuso uma prática comum. ■

O melhor conjunto de informações estratégicas para a gestão de sua empresa

A CMA possui o maior e mais completo conjunto de informações macroeconômicas, financeiras, de commodities e setoriais estrategicamente organizadas para áreas financeiras, tesourarias, de planejamento, inteligência de mercado e relações com investidores de empresas dos mais diversos setores da economia.

Solicite uma demonstração gratuita

(61) 3224-5552

infocma@cma.com.br

www.cma.com.br



À espera de uma entrada

Mantido o roteiro atual, muito possivelmente, o novo terminal de passageiros foi concluído sem que as vias de acesso estivessem prontas

As obras de construção do novo terminal de passageiros do Aeroporto Santa Genoveva, em Goiânia, assim como as dos serviços de infraestrutura, foram concluídas em abril pelo consórcio formado pela Odebrecht e pela Via Engenharia, antes mesmo que as vias de acesso estivessem prontas para receber o fluxo de passageiros previsto. Contatada, a assessoria de imprensa da Prefeitura de Goiânia, responsável pela adequação das vias que darão acesso ao novo terminal a partir do Jardim Guanabara, não deu retorno até o fechamento desta edição. Pelo lado da BR-153, o processo começa a caminhar, mas ainda depende do sinal verde da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e de procedimentos ainda em tramitação na área federal.

Segundo o consórcio Triunfo Concebra, que detém a concessão de um trecho de 1.176 quilômetros das BRs 060, 153 e 262, abrangendo os Estados de Goiás e de Minas Gerais e o Distrito Federal, a construção de um viaduto na BR-153 para acesso ao aeroporto não fazia parte do escopo original da concessão, firmada em 2013 e assumida em março do ano seguinte. A obra foi inserida no Plano de Exploração Rodoviária (PER) em 2015, num acordo entre a prefeitura da capital e o governo federal, mas “impasses burocráticos”, conforme a assessoria da Triunfo Concebra, impediram o início dos trabalhos no início deste ano, segundo previsto.

“Entre os impasses, está a questão financeira, pois as



■ Novo terminal: instalações poderão receber 6,3 milhões de passageiros por ano, praticamente o dobro da capacidade atual



obras aditivadas ao PER permitem pedido de reanálise de tarifa por parte da concessionária, por isso a ANTT é criteriosa no processo de aprovação”, complementa a assessoria do consórcio. O complexo da obra inclui quatro vias marginais e um viaduto ligando a rodovia ao aeroporto e à porção sul dos setores Jardim Guanabara e Santa Genoveva. O projeto de construção do viaduto continuava, no final de março, sob análise da ANTT e a concessionária aguarda seu posicionamento.



Werner Carvalho

bolsos serão direcionados para a quitação do empréstimo-ponto aprovado pelo BNDES à concessionária em meados de 2014.

Embora a aprovação tenha sido publicada na edição daquele mesmo dia do Diário Oficial da União (DOU), os recursos ainda não haviam sido liberados até o final de março, de acordo com a Triunfo Concebra, “sendo que o repasse será feito em etapas, sem previsão de datas”.

FALTOU PLANEJAMENTO

“No Brasil, quem administra a infraestrutura não faz planejamento adequado e, por isso, as decisões não são tomadas de forma tempestiva”, afirma o presidente do Conselho Temático de Infraestrutura da Fieg (Coinfra) e do Sindicato das Indústrias da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia no Estado de Goiás (Sindcel), Célio Eustáquio de Moura. Foram mais de 4 mil dias até que as obras do novo terminal de passageiros fossem concluídas e, durante todo esse tempo, critica ele, não foram tomadas todas as providências para a implantação de vias de acesso.

A solução ideal, sob o ponto de vista logístico, destaca Moura, está na construção do viaduto que permitirá o acesso ao terminal a partir da BR-153. “A Concebra tem todo o interesse em construir o viaduto, mas depende para isso dos recursos do BNDES, que ainda não foram liberados”. A entrada pelo Jardim Guanabara, prossegue Moura, também não parece tão complicada.

■ **Corre-corre:** funcionários da Prefeitura de Goiânia trabalham na pavimentação de via de acesso ao terminal no Jardim Guanabara



A partir do começo das obras, o viaduto deve estar concluído em seis meses e a construção das alças marginais deveria ser iniciada na primeira quinzena de abril. A ANTT também acelerou as conversações com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para a cessão de uma área de 32 mil metros quadrados da estatal, também às margens da rodovia,

que deverá abrigar parte das obras do viaduto. A documentação já foi assinada, mas a Triunfo Concebra, ressalta sua assessoria, ainda não havia sido notificada para ocupar a área, o que se espera vá acontecer em 30 dias, contados a partir da terceira semana de março, conforme previsão da ANTT.

BNDES aprova R\$ 3,58 bilhões

Em 24 de fevereiro deste ano, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) confirmou a aprovação de financiamento de longo prazo, no valor de R\$ 3,58 bilhões, para as obras de duplicação e melhorias nos trechos rodoviários sob concessão da Triunfo Concebra. Com prazo total de 20 anos para amortização, incluindo cinco anos de carência, período em que a concessionária deverá investir em torno de R\$ 3,0 bilhões com as duplicações previstas, o financiamento terá juros de 2% ao ano, mas a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Os primeiros desem-



■ **Célio Eustáquio, presidente do Coinfra:** com desapropriações já realizadas, faltam pavimentar um trecho pequeno de rua

da desde que a administração da capital consiga realizar as obras de pavimentação de um pequeno trecho até as novas instalações do aeroporto. “As desapropriações, parte mais difícil do processo, já foram feitas”, observa ainda o presidente do Coinfra. No começo de abril, equipes da Prefeitura de Goiânia trabalhavam na preparação de trechos da Alameda Aeroporto e rua Porto Alegre, a pouco metros do portão de entrada do terminal.

EM MAIO, A INAUGURAÇÃO OFICIAL

A cerimônia oficial de inauguração do novo terminal de passageiros está prevista para 31 de maio, mas as operações no terminal, segundo planejamento definido pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), deverão ser iniciadas no dia 21 daquele mês. “Quando realizada, a mudança será total, com todo

o processamento de embarque e desembarque de passageiros no novo terminal, desde seu primeiro dia de operação”, comunica a assessoria de imprensa da estatal. Até o final de março, 96,54% das obras do terminal já estavam prontas e, na área de infraestrutura, 93% dos trabalhos haviam sido concluídos até fevereiro. O terminal ficou pronto em abril.

Ainda de acordo com a Infraero, após o recebimento da obra, será necessária a homologação do terminal pelos órgãos reguladores – Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e Comando da Aeronáutica (Comaer). Será igualmente “necessário que empresas aéreas e concessionários comerciais instalem seus equipamentos e sistemas e validem seu funcionamento antes de iniciar a operação, plenamente ambientadas ao novo terminal”, pontua a assessoria da Infraero, que destaca não estar a estatal responsável pelas obras de acesso ao novo terminal, a cargo da Prefeitura

de Goiânia, via Jardim Guanabara, e pela Triunfo Concebra, que opera a BR-153.

Citado na 23ª fase da Operação Lava-Jato, por suspeita de desvio de R\$ 1,4 milhão, segundo depoimento de executivos da Odebrecht Infraestrutura, responsável pela construção do terminal goiano, o investimento total nas obras, incluindo a parte de infraestrutura, está orçado em R\$ 467,4 milhões, dos quais 95% já haviam sido executados. Em nota de esclarecimento a respeito da denúncia, a Infraero comunicou que o projeto do novo terminal foi retomado em setembro de 2013, após consulta ao Tribunal de Contas da União (TCU). “A retomada dessa obra foi marcada pela transparência e pelo estrito cumprimento das leis”, acentua a nota da estatal, reforçando não ter, até aquele momento (23 de março passado), informações sobre quaisquer desvios de conduta praticados durante a execução das obras. ■

Fluxo decrescente

(Número de passageiros embarcados e desembarcados no aeroporto de Goiânia)

Período	Passageiros (em milhões)
2012	3,077
2013	3,001
2014	3,363
2015	3,312

Nova baixa

(Fluxo de passageiros no aeroporto de Goiânia no primeiro bimestre)

Janeiro-fevereiro	Passageiros (em milhares)
2015	529,95
2016	512,96

Fonte: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero)





■ **Sob impulso do câmbio:** exportações goianas apresentam crescimento de 22,4% no primeiro trimestre deste ano

Apoio estratégico

Número de empresas exportadoras em Goiás experimenta crescimento de 25,5% no primeiro trimestre deste ano com dólar mais alto e queda no mercado interno

O esforço empreendido pelo Centro Internacional de Negócios da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (CIN/Fieg) para reforçar a inserção da economia goiana no mercado internacional, capacitar executivos e suas corporações para a exportação e ampliar a base de empresas exportadoras, em parceria com Sebrae, Apex Brasil e Confederação Nacional da Indústria (CNI), começa a produzir resultados. Agora potencializados pela desvalorização do real frente a outras moedas, numa tendência incrementada a partir da segunda metade do ano passado.

O cenário recessivo para o mercado doméstico e uma relação cambial mais favorável, com consequente perspectiva de ganhos de competitividade frente a competido-

res internacionais e, portanto, de incremento das vendas externas, levaram a uma retomada da tendência de crescimento do número de empresas exportadoras em Goiás. É o que mostram as séries estatísticas do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic). No ano passado, 440 empresas realizaram exportações a partir do Estado, numa variação ainda modesta de 0,9% em relação a 2014, quando o total de empresas exportadoras havia crescido 5,1%, para 436.

No primeiro trimestre deste ano, o crescimento ganhou novo fôlego, já refletindo o aumento no volume das operações. Entre janeiro e março, 56 novas empresas goianas entraram para a lista das exportadoras, que passou a incluir 276 companhias de todos os portes, num salto de 25,5% em relação aos primeiros três meses de 2015, quando os registros incluíam 220 empresas. Mantida essa média, o Estado tende a superar o recorde de 2007, quando 445 empresas realizaram exportações.

Na outra ponta, considerando-se as empresas importadoras, o número caiu 14,2% entre os três meses iniciais

de 2015 e igual intervalo deste ano, saindo de 381 para 327. Nos 12 meses de 2015, sob impacto do dólar mais caro, o Estado registrou o menor número de empresas importadoras desde 2011, com 588 companhias, um número 10,5% abaixo das 657 empresas que haviam feito alguma importação em 2014.

A balança comercial do Estado registrara baixa de 15,8% nas exportações, para US\$ 5,878 bilhões, e tomo de 23,9% nas compras externas, para US\$ 3,363 bilhões, resultando num saldo de US\$ 2,515 bilhões (1,8% mais baixo do que em 2014). No acumulado entre janeiro e março, as importações mantiveram a tendência de recuo, em queda de 18,8% diante do mesmo período do ano passado, para US\$ 682,40 milhões. Mas as vendas externas aumentaram 22,4% e atingiram US\$ 1,596 bilhão, deixando superávit de US\$ 913,40 milhões, num salto de praticamente 97% em relação ao primeiro trimestre de 2015.



Número de empresas exportadoras e importadoras de Goiás

PERÍODO	Exportadores		Importadores	
	Número	Var. %	Número	Var. %
2006	398	-	296	-
2007	445	11,8	366	23,6
2008	387	-13,0	432	18,0
2009	375	-3,1	413	-4,4
2010	374	-0,3	465	12,6
2011	404	8,0	529	13,8
2012	417	3,2	591	11,7
2013	415	-0,5	596	0,8
2014	436	5,1	657	10,2
2015	440	0,9	588	-10,5
Jan-Mar/15	220	-	381	-
Jan-Mar/16	276	25,5	327	-14,2

Fonte: MDIC/SECEX

Nota: O número de empresas consolida matriz e filiais.

CIN ATENDE 13,4% DAS EXPORTADORAS

Apenas em 2015, o Centro Internacional de Negócios de Goiás, detalha o gerente Plínio César Lucas Viana, prestou assessoria a um total de empresas equivalente a 13,4% do total de companhias exportadoras no Estado, somando um total de 723 atendimentos. Na média do Brasil, considerando toda a Rede CIN, foram atendidas 8,8% das empresas exportadoras, indicador que reforça a relevância do trabalho realizado pelo CIN/Fieg para promover a internacionalização das empresas locais. Foram realizadas ainda 2.108 consultas técnicas, emitidos 740 certificados de origem e aprovadas 1.508 declarações de origem.

Além da assessoria personalizada a empresas, as ações e iniciativas do CIN/Fieg envolvem ainda a realização direta de cursos, palestras, workshops, apoio a missões comerciais e o patrocínio à participação de indústrias goianas em feiras



■ **Plínio Viana:** assessoria e suporte a empresas na prospecção de mercados e na definição de estratégias voltadas para exportação

internacionais. Entre outros eventos, no ano passado, o centro organizou, com apoio do Sindicato da Indústria da Cons-

trução, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica do Estado de Goiás (Sindcel), uma série de encontros de negócios e visitas técnicas de empresários goianos a empresas e instituições que participaram da Feira Industrial de Hannover, considerada a principal feira internacional na área de tecnologia industrial.

Em agosto, a Fieg coordenou, por meio do Conselho Temático de Comércio Exterior (Ctcomex) e do próprio CIN, em parceria com a CNI, a Rede de Centros Internacionais de Negócios e a Apex-Brasil, missão empresarial à Feira Belleza y Salud 2015. O CIN/Fieg prestou apoio logístico e técnico a 23 empresas de Goiás, Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, Pará, Paraná e de São Paulo. Quase dois meses depois, entre 8 e 18 de outubro, novamente com apoio técnico do CIN/Fieg, as empresas goianas Café Rancheiro e Milhão Alimentos participaram da Feira de Alimentos e Bebidas (Anuga 2015), realizada em Colônia, na Alemanha.

Entre 1º e 9 de novembro, o centro goiano de negócios internacionais coordenou a execução do Projeto Prospect, parte da iniciativa conjunta da CNI e do Sebrae para inserção de pequenas empresas no mercado internacional, conhecida pela sigla Inseri (ou Projeto de Inserção Internacional Competitivo de Pequenos Negócios). Realizado em Havana, capital cubana, antecipando-se à visita do presidente dos Estados Unidos, Barak Obama, o projeto teve como objetivo prospectar diretamente naquele mercado oportu-

nidades de negócios para a indústria de cosméticos. Os resultados desse trabalho ainda serão apresentados a 53 empresas do setor em todo o País.

“Destaco que prestamos em março mais uma assessoria a empresa para agendamento com o Setor Comercial da Embaixada Brasileira no Chile, para que sejam repassadas informações sobre como acessar o mercado chileno”, acrescenta Viana.

As melhores no ano passado

Num estudo de Business Intelligence

(BI) realizado pela Apex, foram avaliadas as 851 empresas atendidas pela Rede CIN em todo o País no ano passado, levando-se em conta dois critérios: acesso a mercados, com mínimo de seis novos destinos, e a transição de empresa não exportadora para exportadora. Como resultado, foram selecionadas quatro empresas, consideradas como as que apresentaram melhor desempenho: Foco Decoração Ltda. (SC), Madresilva Indústria de Móveis (CE), Vitalife Indústria de Cosméticos (GO), Penélope Indústria de Comércio (MG). ■

OS NÚMEROS DO CIN EM 2015

	Nacional	Goiás	Comparativo
Empresas exportadoras atendidas	2.080	38	1,8%
Total Empresas exportadoras	23.548	283	1,2%
Porcentagem do total das exportadoras atendidas	8,83%	13,43%	-
Mercados alcançados pelas empresas atendidas	209	74	35,4%
Produtos exportados pelas empresas atendidas (NCM)	5.306	166	3,1%
Valor estimado de exportação (US\$ milhões)	17.137	413,5	2,4%
Total das exportações (US\$ milhões)	191.134	5.878	3,1%
Participação estimada das empresas atendidas no total de exportação	8,97%	7,03%	-

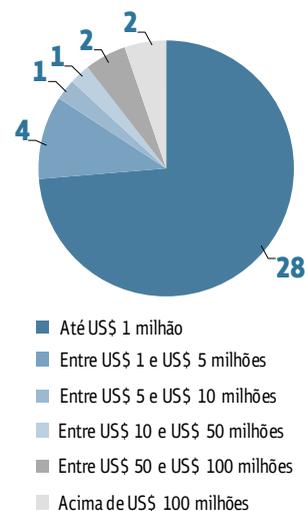
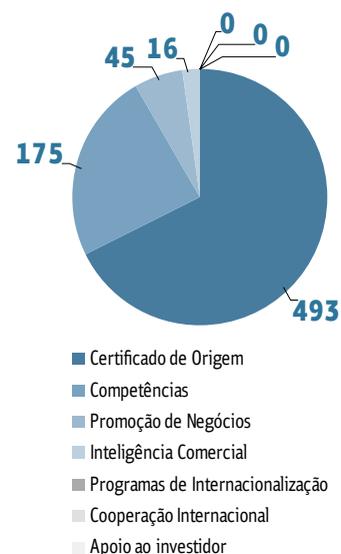
Atendimentos

2015				
1º tri	2º tri	3º tri	4º tri	TOTAL
56	125	252	290	723



Cientes

2015				
1º tri	2º tri	3º tri	4º tri	TOTAL
33	52	81	52	137



Produção em dobro. E mais eficiente

Fabricante goiana de móveis, considerada melhor fornecedora da rede hoteleira no País em 2015, investe R\$ 3,8 milhões na ampliação de sua fábrica

O Grupo Imol, fabricante de móveis personalizados para os setores de hotelaria e corporativo, incluindo o segmento hospitalar, instalado desde 2013 no Distrito Agroindustrial de Senador Canedo, está investindo entre R\$ 3,5 milhões a R\$ 3,8 milhões na instalação de dois novos galpões e na modernização de sua operação, com a instalação de novas máquinas de alta tecnologia.

As novas plantas, que deverão estar concluídas até meados de abril, têm o início de sua operação previsto para maio, de acordo com Harley de Oliveira Paiva, um dos sócios do grupo. O investimento terá prosseguimento até 2017, quando a empresa espera concluir a instalação dos equipamentos, que incorporam tecnologia alemã e italiana. Não está descartada, acrescenta Paiva, a aquisição de mais alguma máquina, a depender do comportamento do mercado.

“Nossa capacidade de produção provavelmente deverá dobrar, já que o maquinário permitirá produtividade muito maior, com melhor nível de acabamento”, espera Paiva. Um dos galpões vai abrigar o setor de pintura e acabamento de móveis, incluindo a instalação de uma linha de pintura semiautomatizada com cabine limpa e requisitos de isolamento e limpeza semelhantes à de um centro cirúrgico, conforme destaca Lara Paiva Daher, diretora comercial do grupo. A segunda planta, retoma Paiva, será destinada à produção de móveis e peças de mobiliário de alta decoração, com uso de madeira maciça e placas de madeira natural, design exclusivo, qualidade elevada de acabamento e foco especialmente em hotéis da categoria luxo e lojas de móveis de alta decoração.

O empresário destaca que o mercado de móveis, especialmente no setor de hotelaria, experimentou uma guinada nos últimos cinco anos, impulsionado pela Copa do Mundo, pelas Olimpíadas, que ocorrem no Rio de Janeiro entre os dias 5 e 21 de agosto, e mais recentemente pelo relativo aquecimento do mercado turístico doméstico, já que o dólar mais alto encareceu as viagens internacionais. “Fo-

ram cinco anos muito bons. Crescemos, sem exagero, 120% em cada ano”, anima-se Paiva. Atualmente, os produtos da marca Imol, que oferece, antes tudo, soluções em mobiliário, sustentam Lara, chegam principalmente aos mercados de Goiás, São Paulo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. “Só não estamos presentes ainda nas regiões Norte e Sul”, complementa ela. Mas o grupo já desembarcou no Paraná, assumindo a



Harley de Oliveira Paiva e a filha, Lara Paiva Daher: crescimento de 120% ao ano nos últimos cinco anos, impulsionado pela Copa e Olimpíadas

produção de mobiliário para uma obra em Curitiba, e disputa, neste momento, concorrência para fornecer móveis a um projeto previsto para Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Lara reafirma o aquecimento significativo do mercado de móveis personalizados para o segmento corporativo, indicando que o grupo mantém uma equipe fixa especificamente para a montagem do mobiliário do Grand Hyatt Hotel do Rio de Janeiro, com 427 apartamentos e outra equipe no Ramada Shopping Recreio Ibirapuera, empreendimento hoteleiro de padrão executivo. “Estamos finalizando outra concorrência para mais um projeto”, antecipa a diretora comercial da Imol.

Com uso de tecnologias de ponta, o grupo conseguiu aumentar sua eficiência, modernizando linhas e aprimorando processos, com consequente redução de custos. “Conseguimos vender hoje a preços mais baixos, mas com a mesma lucratividade e isso é eficiência”, reforça Paiva. A despeito do bom desempenho registrado até o momento, o empresário antecipa incertezas em relação ao segundo semestre. “As edificações já iniciadas serão concluídas, mas não surgiram novos projetos e não há novas edificações em andamento, o que nos preocupa”, pondera.

Uma história de família

O negócio com móveis está na família desde 1937, quando o marceneiro e carpinteiro Antero Rodrigues de Oliveira decidiu abrir uma marcenaria em Cumari, para a produção de móveis em geral. Seus 12 filhos foram criados ali, com os ganhos que a pequena empresa proporcionava, e 4 deles desde pequenos já ajudavam o pai. Trinta anos mais tarde, Divino, Pedro, Wander e Eurípedes Rodrigues de Oliveira, caçula dos irmãos e à frente do negócio desde então, registraram, já em Goiânia, a Marcenaria Oliveira, que se tornaria, em 1988, a Imol – Indústria de Móveis Oliveira.

Nos anos 1990, a empresa embarcou na onda de crescimento do segmento de



■ **Móveis com qualidade:** maquinário de alta tecnologia instalado na fábrica da Imol no Distrito Agroindustrial de Senador Canedo

móveis de alta decoração, ampliando sua atuação para lojas em todo o País, produzindo peças de qualidade reconhecida e design próprio, sempre com aplicação de lâminas de madeira natural e laca. Harley de Oliveira Paiva, representante da terceira geração da família, com experiência de mais de 30 anos no mercado de engenharia para grandes obras, assumiu o comando da Imol, alterando o foco do negócio para o mercado corporativo.

Depois de investir em máquinas mais modernas, a empresa decide lançar-se a voos mais altos, intensificando o uso de placas de fibra de madeira de média densidade (MDF, na sigla em inglês), com acabamento em BP, uma mistura de papel decorativo e resina. A qualidade de seus produtos levou a Imol a conquistar a conta do Banco Real ABN em 2003, quando passou a produzir móveis em alta escala para a rede de agências do banco no País. A profissionalização, ganhos de escala e eficiência adquiridos a partir dali levaram a empresa a reforçar sua atuação no mercado hoteleiro, passando a atender aos grupos hoteleiros Rio Quente Vacation Club (RQVC) e Privê, especializando-se em mobiliário de alto nível.

A necessidade de expansão levou o grupo a investir em um novo parque industrial, no Distrito Agroindustrial de



■ **A melhor fornecedora do setor hoteleiro em 2015:** Harley e Lara recebem premiação no Hotel Pullman Ibirapuera, em São Paulo

Senador Canedo. As obras foram iniciadas em 2012 e concluídas no ano seguinte, quando toda a operação foi transferida para a nova sede, com 16 mil m² de área e já incorporando a quarta geração da família Rodrigues de Oliveira.

Prêmio nacional

A fabricante goiana de móveis foi escolhida como o melhor fornecedor da hotelaria no Brasil em 2015, na categoria marcenaria, premiação entregue no dia 22 de fevereiro deste ano, no Hotel Pullman Ibirapuera, em São Paulo. A Imol, aponta Harley de Oliveira Paiva, recebeu o maior número de indicações entre fornecedores de todo o País, em votação direta dos hoteleiros, depois de ter sido selecionada em sua categoria por operadoras, associações do setor e donos de hotéis, numa promoção anual da revista Hotéis. ■



■ **Plataforma internacional:** controlada da Mitsubishi Chemical assume controle da brasileira Genix, com fábrica em Anápolis

Anápolis, o centro da América Latina

Maior fabricante global de cápsulas para o setor farmacêutico vai transformar a Genix em plataforma de negócios para toda a região

Otimismo da Qualicaps, fabricante de cápsulas para medicamentos da japonesa Mitsubishi Chemical Holdings Corporation, parte do conglomerado Mitsubishi, parece deslocado num momento de retração da atividade econômica e crise política. Mas tem bases concretas, segundo Kent Payne, presidente da empresa para a região das Américas. O Brasil, mais precisamente Anápolis, onde está instalada a Genix Indústria Farmacêutica, única fabricante de cápsulas de gelatina dura no País e recentemente adquirida pela Qualicaps, será transformado em plataforma para dar suporte a sua expansão em toda a América Latina.

A Genix, que ostenta participação superior a 50% no mercado doméstico de cápsulas duras para laboratórios farmacêuticos e para a indústria nutracêutica, com produção anual de 13 bilhões de unidades e escritório comercial

em São Paulo, desempenhará papel estratégico nos planos da Qualicaps de ocupação de espaços na América Latina. Trata-se de mercado que movimentava em torno de US\$ 72 bilhões anualmente e tende a crescer a taxas entre 5% e 8% ao ano pelo menos até 2019, nas projeções do IMS Health, considerando o mercado de produtos farmacêuticos como um todo. Por isso mesmo, uma das metas da multinacional japonesa será a exportação de cápsulas para outros mercados latino-americanos ainda não cobertos pela empresa, a exemplo do México. Adicionalmente, a incorporação da nova empresa em seu portfólio, segundo projeções divulgadas à época do anúncio de compra, deverá permitir crescimento em torno de 7% nas receitas da Qualicaps num horizonte de curto prazo.

Líder em sua área e fornecedora dos principais players da indústria farmacêutica global, a Qualicaps detém, de acordo com Payne, 85% das vendas no Japão e mais de 60% do mercado europeu, mas tinha presença ainda tímida na América. As negociações com a Genix foram concluídas no final de dezembro do ano passado, depois de quase oito meses de negociações, iniciadas em maio do

**A FÁBRICA DA GENIX ESTÁ
INSTALADA NO POLO
FARMACÊUTICO DE ANÁPOLIS
DESDE 2001, DETENDO
CERTIFICAÇÃO DE BOAS
PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO E
INSUMOS FARMACÊUTICOS DA
ANVISA**

mesmo ano. Além da oportunidade única de fincar uma base no Brasil, na descrição de Payne, serviu como atrativo ainda o fato de a Genix já ter certificação por boas práticas de produção de insumos farmacêuticos, conferida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Em comunicado divulgado em fevereiro ao mercado, a companhia informou ter investido na aquisição perto de 5 bilhões de reais (algo como US\$ 43 milhões na cotação da época da transação). A Qualicaps, por sua vez, opera num mercado global de cápsulas que movimenta anualmente em torno de US\$ 1,3 bilhão e registra produção de 450 bilhões de unidades por ano.

AS APOSTAS DA QUALICAPS

“Reconhecemos as dificuldades enfrentadas neste momento pelo Brasil, mas acreditamos no País e na resiliência

de seu povo. Afinal, trata-se do 6º maior PIB (Produto Interno Bruto) do mundo, a segunda economia do hemisfério, o oitavo maior mercado global no setor de medicamentos e o terceiro nas Américas, atrás dos Estados Unidos e do Canadá”, destaca Payne. Mais importante, retoma o executivo, “o Brasil tem uma cultura de crescimento e, com o tempo, temos planos para expandir nosso negócio”.

Os ganhos de sinergia propiciados pela integração entre as duas companhias deverão ser facilitados pela proximidade entre os dois lados, que já mantinham uma colaboração de longo prazo com a Technophar, subsidiária integral da Qualicaps, fabricante de maquinário para o setor farmacêutico e fornecedora de tecnologia para ambas. Num momento inicial, o modelo de negócios da Genix será mantido, mas a nova controladora vê espaço para melhorias no processo industrial. “Trouxemos cinco técnicos para analisar a possibilidade de um upgrade nos equipamentos e no desenvolvimento de melhores soluções para nossos clientes”, observa Payne. O diretor executivo da Genix, Ivan da Glória, lembra que o antigo controlador já havia investido em torno de R\$ 4,0 milhões na expansão da fábrica em Anápolis, abrindo espaço para seis novas máquinas, das quais apenas três já haviam

sido instaladas. “Temos condições de colocar mais três máquinas, portanto, mas vamos aguardar uma resposta do mercado”, pondera Payne.

Os planos da Qualicaps para a Genix incluem, neste sentido, detalha o executivo, a modernização do maquinário, com introdução de novas tecnologias, o reforço da marca, de forma a assegurar maior penetração no mercado e a utilização de toda a capacidade disponível e, numa terceira etapa, a produção de cápsulas vegetais líquidas, utilizando tecnologia de ponta, desenvolvida pela nova controladora, descreve Ivan da Glória.

Expansão em cinco anos

Com plantas no Japão, na Espanha, Romênia, no Canadá, nos Estados Unidos e agora no Brasil, a Qualicaps deverá instalar em Anápolis um showroom para demonstração de equipamentos do grupo, na mesma área de sua unidade de produção de cápsulas. As ações da empresa, neste ano, prossegue Payne, estarão focadas na consolidação do negócio pós-integração. “Os números mostram crescimento para o mercado farmacêutico no Brasil em 2016, talvez não tão forte como em anos anteriores, mas melhor do que em outros mercados”, sugere ele.

Nos próximos dois ou três anos, a Genix pretende buscar certificação pela Food and Drug Administration (FDA), a poderosa agência norte-americana de regulação dos setores de alimentação e medicamentos, reforçando o reconhecimento global de seus produtos. O planejamento estratégico desenhado para a região, num horizonte de cinco anos, retoma Payne, contempla novos investimentos em ampliação de sua operação no Brasil e na América Latina. Ele se diz bastante confortável em fazer essas projeções diante do histórico recente de avanços do setor farmacêutico na região e especialmente diante das perspectivas desenhadas para o longo prazo. ■



■ **Quartel general da Mitsubishi Chemical no Japão: mercado farmacêutico da América Latina movimenta US\$ 72 bilhões por ano**



■ **Heribaldo Egídio:** EquiPLEX busca mercado externo para compensar gastos com importação de insumos e matérias primas

Três décadas depois

Com investimentos que poderão superar R\$ 60 milhões entre 2008 e 2018, EquiPLEX moderniza sua operação e consolida-se como uma das líderes em sua área

Há trinta anos, completados em fevereiro passado, três representantes de laboratórios médicos se reuniram para criar a EquiPLEX Indústria Farmacêutica Ltda., um projeto concebido por Fábio Máximo, José Alves e Macionil Moreira ainda em 1983, dois anos depois de terem criado a Equip Médico Hospitalar Distribuição. Heribaldo Egídio, o quarto sócio, deixou o cargo de gerente comercial da HalexIstar, tradicional no ramo de soluções parenterais, para se juntar à empreitada em agosto de 1986.

Formado em administração pela antiga Faculdade Anhanguera, com especialização em organização e méto-

dos, Egídio vendeu seu apartamento de dois quartos, um Santana zero-quilômetro e complementou seu aporte na sociedade com um quinto do valor recebido com a venda de uma fazenda da família – 38 alqueires entre os municípios de Nazário e Palmeiras – para assumir uma participação de 25% no negócio.

Até ali, a empresa existia apenas nos registros da Junta Comercial de Goiás. O laboratório, dedicado à fabricação de produtos oficinais (mertiolate, água oxigenada, formol, mercúrio, talco para luvas de uso médico e outros), tornou-se operacional a partir de agosto de 1986. “Além disso, passamos a comprar material para montar e em-

■ **Linha de envase:**
modernização permitiu à
empresa consolidar sua
presença no mercado de
produtos farmacêuticos



balar equipos com flashball, que permite controlar o fluxo de soro para o paciente”, relembra Egídio.

Naquela época, toda a produção era realizada pelos quatro sócios e mais quatro funcionários. “Lembro-me que levamos alguns meses para conseguir alcançar um estoque de 600 mil ampolas. Hoje, dispomos de 14 mil m² de área construída e, apenas na área de ampolas, fazemos 20 mil litros por hora, além de 2,5 milhões de frascos de soro por mês, com uma produção total de 250 milhões de unidades de produtos, entre soros, ampolas e frascos”, compara o empresário.

Como o negócio com equipos estava indo bem, os sócios decidiram investir na aquisição de um equipamento para destilar e envasar água bidestilada e na contratação de uma farmacêutica. Passaram também a produzir a linha completa de equipo, agregando escalpe e soro. Com apenas 300 metros quadrados de área total, operando num prédio alugado no Bairro Ipiranga, em Goiânia, na saída para

Trindade, a empresa já exigia espaço maior em local que tivesse maior disponibilidade de água.

“Em 1988, começamos a buscar área para expansão da indústria e encontramos uma em Aparecida de Goiânia, na ponta do Aquífero Guarani, o que nos permitiu perfurar um poço artesiano com vazão de 40 mil litros de água por hora e 120 metros de profundidade”, relata Egídio. O projeto inicial, realizado pela Construtora Panambi e apresentado à prefeitura aparecidense, que doou 9 mil m² para a Equiplex instalar sua nova sede, contemplava menos de 2 mil m² de área construída.

A construção foi financiada com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e já estava praticamente concluída quando houve o lançamento do Plano Collor, que congelou as poupanças e derrubou a economia, no começo de 1990. “O prédio estava quase pronto, mas faltava instalar móveis, telefones, uma sala para o telex e alguns equipamentos. Conseguimos li-

berar algum recurso e finalizar o projeto”, recorda-se Egídio. Na época, a Equiplex chegou a enfrentar dificuldades na aquisição de matérias-primas, teve problemas com a entrega do primeiro lote de produtos e foi obrigada a recorrer à concordata. “Foi uma das fases mais difíceis da vida da empresa e quase desistimos”.

MODERNIZAÇÃO E NOVOS PROJETOS

A nova fábrica entrou em operação finalmente naquele mesmo ano de 1990, produzindo em torno de 1,5 mil a 2,0 mil unidades por dia e empregando diretamente pouco mais de 30 pessoas. Nas décadas seguintes, a Equiplex experimentou crescimento acelerado e chegou a abrigar 600 funcionários até 2008, quando inicia um amplo programa de modernização que viria a consolidar sua presença no setor farmacêutico, relata Heribaldo Egídio.

Em três anos, a empresa investiu ao redor de R\$ 36,0 milhões, dos quais R\$

25,0 milhões, em valores aproximados, foram destinados à incorporação de novas tecnologias e à capacitação de seu pessoal para migrar toda a produção de soros parenterais de sistemas abertos para sistemas fechados de alta especialização, conforme exigências estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para reduzir os índices de infecção hospitalar no País. Entre 2009 e 2010, mais R\$ 11,0 milhões foram investidos no segmento de pequenos volumes (ampolas de 10 e 20 mililitros), envolvendo projeto, novas linhas de equipamentos e a construção de uma sala limpa, atendendo aos requisitos de isolamento e limpeza da Anvisa.

A empresa desenvolveu um sistema fechado em polietileno de baixa densidade, que recebeu o nome de Bottleplex, e instalou uma nova linha com capacidade para 3,0 milhões de frascos por mês. “Investimos no desenvolvimento do frasco, da tampa, moldes, além da sala limpa com piso especial, treinamento de pessoal na Itália e no desenvolvimento da nova marca”, detalha Egídio. Num dos reflexos da modernização empreendida, o número de empregados foi reduzido para 400 pessoas.

Neste momento, a equipe da EquiPLEX dedica-se ao desenho de um portfólio novo de produtos para as linhas de grandes e de pequenos volumes, com investimentos estimados inicialmente em pouco mais de R\$ 25,0 milhões, o que elevaria o total investido a partir do final da década passada para quase R\$ 61,0 milhões até possivelmente 2018. Na linha de grandes volumes, o foco dos estudos tem sido voltado especialmente para sistemas fechados de aplicação de medicamentos genéricos

pré-diluídos, sob a marca Bottleflex PD, incluindo quatro produtos, entre antifúngicos, anti-infecciosos e bactericidas, a um custo orçado preliminarmente em R\$ 10,0 milhões.

O restante dos recursos está sendo investido em uma linha inovadora de analgésico, o que vai exigir a aquisição de uma máquina de sopro, envase e selagem, construção de nova sala para abrigar essa linha, treinamento e validação do produto, o que deverá consumir em torno de dois anos e meio, estima Egídio. “Só a máquina custa 3,5 milhões de euros, mas vai nos permitir modernizar e expandir nosso portfólio”, observa ainda

Oportunidades lá fora

A crise instalada na economia e a recente escalada do dólar trouxeram dificuldades, mas também oportunidades para a EquiPLEX. “Nosso principal problema é que importamos 95% de nossos insumos e matérias-primas e não temos como repassar a alta do dólar, porque o setor tem os preços

regulados”, observa Heribaldo Egídio. A alternativa foi retomar as exportações em 2015, atividade que havia sido interrompida em 2008, quando a empresa ainda vendia seus produtos na Bolívia e nos países do Mercosul.

O retorno ao mercado internacional foi precedido de muito planejamento, já que a empresa pretende tornar equilibrada sua balança comercial, protegendo-se contra as oscilações do câmbio. “Exportamos muito pouco em 2015 e atualmente as exportações respondem por 4% a 4,5% do faturamento. O objetivo é elevar essa participação para 30% entre este e o próximo ano”, define Egídio.

O planejamento estabelecido, que definiu como foco oito países vizinhos, prevê visitas aos mercados considerados prioritários – incluindo Paraguai, Uruguai, Argentina, Peru, Colômbia, Venezuela e, mais recentemente, Equador –, a participação em feiras internacionais e em missões comerciais e a construção de parcerias com distribuidoras locais. ■



Em estoque: empresa tem planos de expandir operação externa para compensar custos de insumos e matérias primas importadas

Nem encanador, nem serralheiro

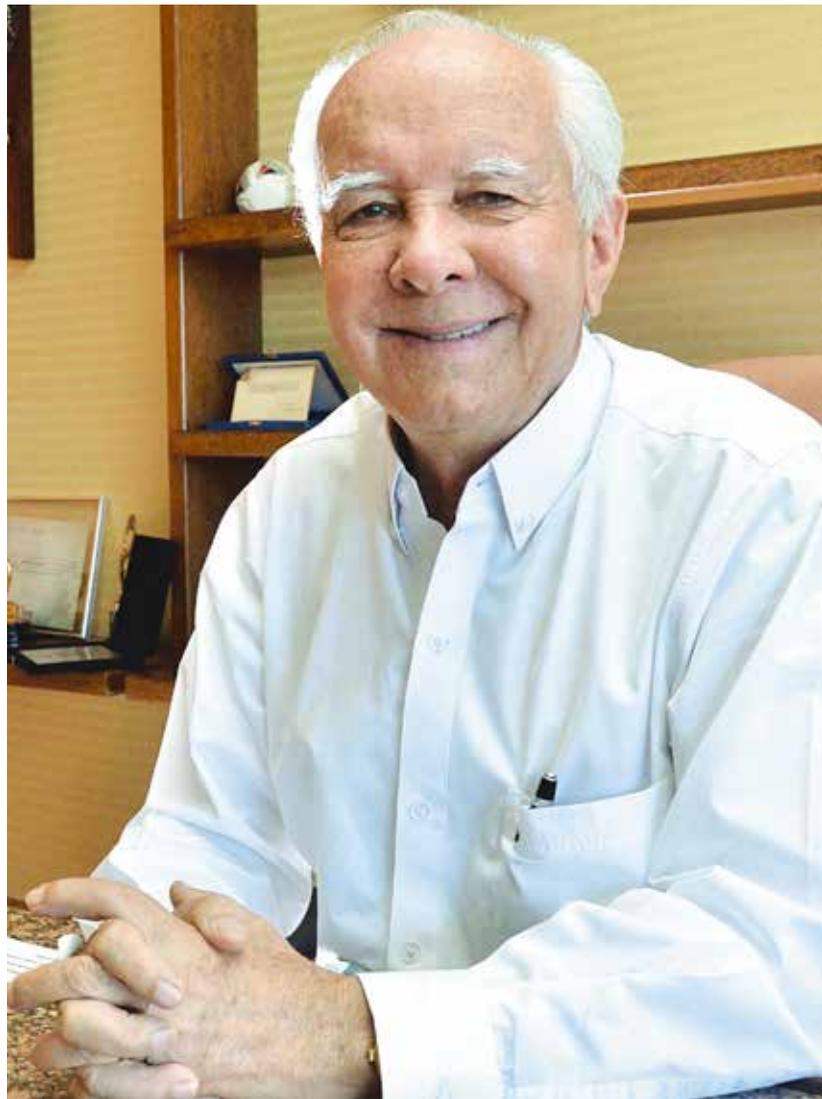
Como Ovídio Correia de Mesquita deixou Catalão e o emprego em usinas de açúcar para construir a Perfinasa, uma das empresas líderes em sua área de atuação

A Perfinasa, tradicional indústria goiana, especializada em corte e dobra de chapas, produção de telhas galvanizadas e perfis para a construção civil e para o segmento de montagens industriais, nasceu e cresceu em Campinas. Atualmente uma das líderes em sua área de atuação, cobre os mercados de Goiás e do Distrito Federal, de Mato Grosso e Minas Gerais, com destaque para o Triângulo Mineiro. Mas sua história, de fato, começou a ser desenhada em Catalão, há pouco mais de oito décadas.

Seu idealizador, fundador e atual presidente, Ovídio Correia de Mesquita, nasceu ali, em 1935, o mais novo entre quatro irmãos de uma família de recursos escassos, que incluía ainda três garotas, duas mais novas do que ele. Órfão de pai aos 6 anos, Ovídio começou a trabalhar desde cedo para ajudar a mãe. Aos 13, já percorria a pé os 10 quilômetros que separavam sua casa da usina do empresário Francisco Cassiano Martins. Trabalhou ali até os 21 anos, quando partiu para Pradópolis, no interior de São Paulo, novamente para se ocupar da produção de açúcar, agora numa das usinas do Grupo Ometto.

“Você veja. Saí de Catalão, onde a gente produzia 100 sacas de 60 quilos de açúcar a cada 24 horas – e naquele tempo, as sacas de açúcar tinham 60 quilos – para uma usina que fazia 6 mil sacas de açúcar por dia,” recorda-se com precisão, sempre “desenhando” números e dados em pedaços de papel bem cortados que traz sobre sua mesa, na sede da Perfinasa, em Goiânia, onde recebeu a reportagem da Goiás Industrial no início de janeiro deste ano.

Ovídio voltou a Catalão um ano depois para se casar, aos 22 anos, com sua primeira esposa, que faleceu cedo, em 1962, deixando-lhe dois filhos, hoje com 58 e 55 anos. Nos dois anos em que esteve em Pradópolis, morou na vila construída pelos Ometto para abrigar os trabalha-



■ “O aperto faz o sapo pular”, comenta Ovídio Mesquita, ao lembrar quando decidiu abrir sua primeira serralheria

dores da usina. Inquieto por natureza e precisão, como ele mesmo se descreve, retornou a Catalão nos primeiros meses de 1959, alugou uma casa, comprou algumas ferramentas e tentou trabalhar como encanador, embora não tivesse exercido a profissão antes. “Fiquei por ali uns 10 dias, mas não apareceu nada. E olhe que não tenho costume de ficar à toa”. Por isso mesmo, aproveitou a primeira oferta, juntou seus raros pertences e rumou com a mulher para Ceres, de volta ao ofício de produzir açúcar.

“Fui trabalhar como ‘cozinheiro’ na usina do João Netto de Campos, para fazer açúcar. Trabalhava também em pequenas reformas e na manutenção como encanador. Em usina pequena, você tem de fazer de tudo um pouco”, detalha pausadamente. Mas Ovídio não havia abandonado o projeto de montar alguma coisa própria. No final de 1961, mudou-se para Goiânia e, com a ajuda do tio Avelino Correia Martins, comprou terreno, com um galpão todo aberto e um barracão de quatro cômodos no fundo, na esquina da Avenida São Paulo com a Praça OK, em Campinas,

e adquiriu, à prestação, uma máquina de solda, um esmeril de chicote e uma furadeira de bancada.

Com maquinário instalado e a família acomodada no barracão, Ovídio pôs para funcionar a Serralheria Nossa Senhora Aparecida sem nunca ter trabalhado como serralheiro até então. “O aperto faz o sapo pular”, diz ele. O negócio foi se aprimorando, impulsionado pelo avanço da construção civil em Goiânia e, principalmente, pela demanda crescente da nova capital do País, inaugurada um ano antes e ainda com obras para terminar. Em agosto de 1966, a necessidade de um espaço maior e de instalações mais amplas levou o agora empresário a comprar outro terreno, na esquina da Rua P-21 com a Avenida Independência, onde mantém até hoje uma de suas unidades.

COMPRAS? SÓ À VISTA

A Perfinasa, propriamente, surgiu em 1972, instalada num prédio de quatro pavimentos no número 6.903 da mesma Avenida Independência, bem em frente ao

Cemitério Nossa Senhora de Santana. Os quase 5,5 mil metros quadrados da edificação abrigam a sede e uma das indústrias da empresa, escritórios e toda a divisão de vendas e televendas. Ovídio e a mulher, Nilce Maria de Mesquita, com quem se casou em 1965 e que há 47 anos lhe deu o filho mais moço, moram num amplo apartamento no último andar do prédio e aproveitam a cobertura para reunir filhos e netos sempre que possível.

Atento a oportunidades de negócio, o empresário, que concluiu apenas o segundo ano primário, investiu em 1998 na construção da terceira unidade da empresa, em Senador Canedo, numa área de mais de 9 mil m² que atualmente responde pela maior parte da produção e dos empregos gerados pela Perfinasa. A nova fábrica ajudou a multiplicar o tamanho da operação e a vendas cresceram três vezes e meia entre 2005 e 2014. Com 235 funcionários até o início de janeiro deste ano, a empresa mantém ainda uma frota com 22 caminhões de menor porte e duas carretas com capacidade de 28 toneladas cada uma para distribuir e entregar sua produção.

No ano passado, no entanto, a queda no setor de construção e a retração da atividade em todo País afetaram os negócios, que passaram a apontar redução na comparação com o ano anterior. Os dados finais de 2015, adianta Ovídio, mostram uma retração em torno de 15% no volume de vendas frente aos 12 meses de 2014. “Desde julho só temos tido perdas. O nosso mercado voltou aos níveis de 2011”, queixa-se o empresário, que tem pouca esperança de uma reação ao longo deste ano. A vantagem, acrescenta, é que a empresa segue uma estratégia conservadora em sua gestão financeira. “Compramos tudo à vista e não temos dívida e nem despesas financeiras. Enquanto for possível, vamos vivendo com os recursos gerados pela própria empresa.” ■



■ Ritmo mais lento: volume de vendas sofre queda de 15% na comparação entre 2015 e o ano anterior



■ **DIVAS REAIS** / A indústria MTZ:CO comemora 25 anos com coleção de tirar o fôlego e catálogo produzido em belas locações, como o Palácio dos Cedros, em São Paulo, um dos palcos de gravação da novela *Êta Mundo Bom* (foto), da TV Globo. Denominada *Princesas Reais*, a coleção Inverno 2016 foi lançada em chá com a cantora *Marcela Taís*, que levou música e poesia para tarde de moda e comportamento na loja da grife, na Avenida 85, no Setor Marista, em Goiânia, tendo como anfitriãs as irmãs *Katia, Nara e Rita Matozinho*, proprietárias da grife.



■ **LEVE E SAUDÁVEL** / *Luciana Rocha Lima (Amora Sabores Light)* tem chamado atenção com sua indústria de alimentação no Parque Anhanguera, em Goiânia. A empresária, que ingressou recentemente no mercado de refeições saudáveis, inova ao utilizar o método de ultracongelamento dos alimentos, que mantém propriedades nutritivas sem a formação de cristais de gelo.

Claudio Ferreira

■ **MÚSICA E VISÃO** / Comemorando sucesso de sua indústria de lentes Orlac Visão, fundada há seis anos em Goiânia, e da bem-sucedida carreira de três décadas, o cantor e compositor Orlando Moraes anuncia programação de sua nova turnê, Orla Mundo, que inclui shows em maio no Teatro Rio Vermelho e, depois, em palcos do Rio e de Brasília, todos gratuitos.



■ **CHINA** / Patricia Pessoa Caramaschi, da indústria de joias Herreira, confere novidades durante viagem realizada em março à China, inspiração para as novas coleções da marca goiana. A empreendedora, que planeja lançar sua marca nos Estados Unidos por meio de parcerias, participou em Hong Kong de uma das maiores feiras de acessórios fashion do Planeta, a Hong Kong Jewelry Show, e visitou ainda a The World's Prime Marketplace for Diamonds, Gems & Pearls, mega feira de pérolas, diamantes e gemas.

■ **IOGA** / Monica Freire, professora de ioga do Espaço Viva Saúde Integral, ministrou em janeiro curso para funcionários do Sesi e do Senai de Aparecida de Goiânia. Colaboradores, diretores e industriais foram os alunos que aprenderam como incorporar instantes de meditação em suas rotinas diárias. "Alguns benefícios da prática milenar são a melhoria do foco, da determinação, da convivência, além da diminuição da ansiedade e do estresse", aponta.

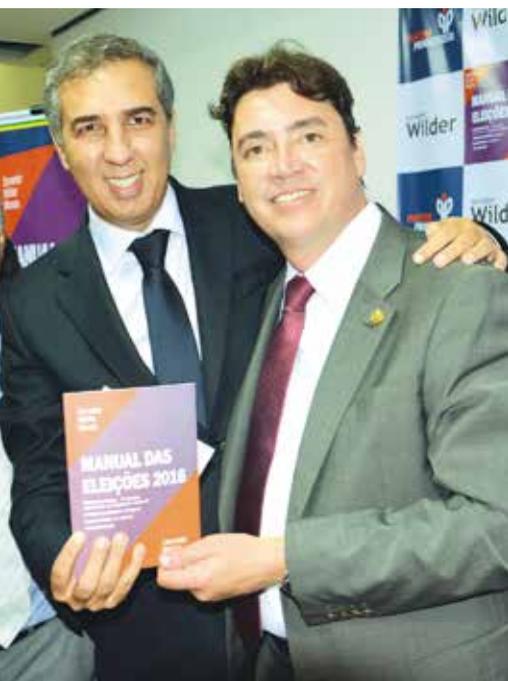


Estúdio Orzeenze

■ **GRANITO** / Os irmãos Karine Franco, Kaio Franco, Kiara Franco (Gruta Mármore e Granitos) ampliou seu portfólio. O trio marca presença em eventos da cidade, como Casa Cor e Mostra Artefato, com mais três opções de mármore: Sea Wave, Pietra Grey e Pérola White (foto). A indústria goiana oferece soluções para projetos em design, arquitetura e engenharia.

■ PIONEIROS COMEMORAM 40 ANOS DA COPEL /

Roberto Domingos (direita) e José Alvarenga dos Santos comemoram a parceria de 40 anos da criação da Copel, indústria especialista em reciclagem de papel, papelão e plástico de Goiás, com unidades em Goiânia, Aparecida de Goiânia e, mais recentemente, em Anápolis. Pioneiros no ramo, ambos são contadores que, nos anos 1970, se tornaram "papeleiros" e sobreviveram a vários períodos de crises, como um incêndio na matriz da empresa, em Goiânia, e as oscilações econômicas do País.



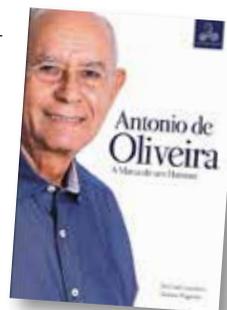
■ **NOITE DE AUTÓGRAFOS /** O senador e engenheiro Wilder Moraes (Orca Construtora) recebe abraço do vice-governador José Eliton Júnior, ao lançar o Manual das Eleições 2016, em coautoria com o advogado Leonardo Batista. O livro reúne regras para o pleito deste ano, como mudanças nos prazos das convenções dos partidos, redução do tempo de campanha eleitoral, impedimento de pessoas jurídicas de fazer financiamento eleitoral.

■ **DNA /** Diretor presidente da Construtora Canadá, o engenheiro Sebastião Pires Campos e Carmen Lúcia Pires Morales festejam a formatura em engenharia civil, na PUC-GO, do neto Henrique Curado Santana Pires Morales, de 22 anos. É o segundo neto do casal a integrar a equipe de trabalho da empresa, que além de obras em Goiânia finaliza projetos como os flats Cosmopolitan, uma torre de 27 pavimentos, em Palmas (TO).



■ **SHOPPING CERRADO /** O Grupo Odilon Santos acaba de inaugurar o Shopping Cerrado, no Setor Aeroviário, região Oeste de Goiânia. No início do ano, um coquetel badalado marcou a entrega das áreas aos lojistas. Em janeiro, eles participaram da segunda edição da Feira de Fornecedores, que reuniu 20 estandes de empreiteiras para apresentação de propostas e serviços de variados tipos.

■ **CRIXÁS /** O lançamento do livro A Marca de Um Homem, sobre Antônio Oliveira, agropecuarista e político de Crixás, mobilizou a cidade do Norte goiano. Idealizador de várias iniciativas de desenvolvimento regional, ele ganha merecida biografia com a obra, que destaca também fatos históricos marcantes da Mineração Serra Grande, indústria de extração de ouro fundada no município em 1987. Rogério Carvalho Costa, um dos diretores da mineradora, prestigiou o lançamento do livro, assinado pelas jornalistas Carla Lacerda e Dalvina Nogueira.



SINDUSCON-GO

ANEL VIÁRIO LESTE / Durante apresentação para a diretoria do Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon-GO), em março, o secretário do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos, Vilmar Rocha, informou que as obras do anel leste da BR-153, sob concessão da Concebra Triunfo, dependem da liberação de recursos do BNDES e de licenciamento ambiental para ser iniciada. Num percurso de 42 quilômetros, o anel cruzará as rodovias GO-010, GO-403, GO-020, até Aparecida de Goiânia, e tem prazo até 2020 para ser concluído. Ele acredita, no entanto, que será possível antecipar sua conclusão para 2018.

**SANEAMENTO E ENERGIA SOLAR**

/ Na mesma apresentação, Vilmar Rocha anunciou que já há verba de R\$ 90 milhões para conclusão do sistema de água Mauro Borges, a ser concluído até o final deste ano, o que permitirá a ligação com Aparecida de Goiânia. O secretário anunciou ainda o lançamento do programa Goiás Solar, que estabelece incentivos fiscais e de crédito para estimular o desenvolvimento da cadeia produtiva do segmento de energia solar no Estado.

NOVOS TRECHOS / À espera da publicação do edital de concessão, detalhou ainda o secretário Vilmar Rocha, as obras de modernização e ampliação da BR-060 poderão incluir, a depender de negociações em andamento com o Ministério dos Transportes, trechos do contorno sudoeste (12 quilômetros) ligando a GO-070 à GO-060, anel em Aparecida de Goiânia (17 km), ligando a BR-060 à BR-153 e o prolongamento do anel do município (mais oito quilômetros) da BR-153 atual ao anel leste.



VALE DO SILÍCIO / Com o tema "Semana da Inovação e Empreendedorismo", o Sinduscon-GO realiza entre 2 e 9 de julho missão ao Vale do Silício (EUA), numa iniciativa direcionada a empresários da indústria da construção, em parceria com a InnovaLab Empowering Change. A proposta é que os participantes possam

vivenciar o ambiente de inovação e empreendedorismo na região. A programação inclui visitas a empresas que desenvolvem tecnologias que estão mudando os formatos da vida em sociedade, além de discutir tendências e impactos dessas inovações nos próximos anos.

SINDMÓVEIS

NOVA DIREÇÃO / O empresário Enoque Pimentel do Nascimento assumiu a presidência do Sindicato das Indústrias Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás (Sindmóveis), em posse ocorrida na Casa da Indústria. O empresário, que vai cumprir mandato de dois anos, afirmou que a visão do Sindmóveis é de criar condições para que as empresas do segmento, em colaboração com o setor público e outras associações, possam enfrentar desafios e expandir seus negócios.

**SINDQUÍMICA**

UTILIDADE PÚBLICA / O Sindicato das Indústrias Químicas no Estado de Goiás (Sindquímica) participou, em março, de reunião na Câmara de Goiânia para entrega de ofício de agradecimento ao vereador Tayrone Di Martino Gomes (PSDB) pela aprovação da Lei 9.647, de 11 de setembro de 2015, que confere ao sindicato Título de Utilidade Pública Municipal. Na foto, o presidente do Sindquímica, Jaime Canedo, e o vereador.

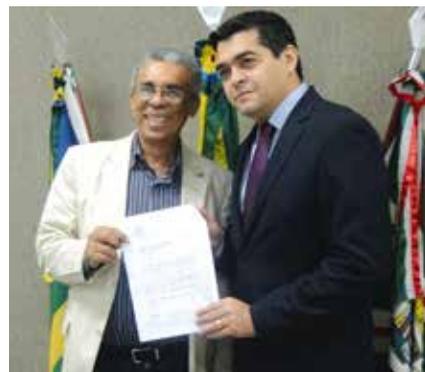




FIG ANÁPOLIS

REUNIÃO COM SINDICATOS / A Fieg Regional Anápolis realizou sua reunião ordinária (foto) na Casa da Indústria, em Goiânia, com participação dos presidentes dos sindicatos das indústrias do Estado. O encontro encerrou o período de interinidade de Wilson de Oliveira na presidência da Fieg, em razão da participação do presidente Pedro Alves na missão internacional à Oceania (Austrália e Nova Zelândia), organizada pelo governo de Goiás. “Foi uma reunião altamente positiva. Agradeço aos presidentes pelo apoio e ao presidente Pedro Alves pela deferência que tem tido conosco”, ressaltou Oliveira.

HOMENAGEM / O empresário Wilson de Oliveira recebeu (foto) do presidente da Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia), Anastácios Apostolos Dagios, um diploma e um cartão ouro de fidelidade de associado, como parte das comemorações do aniversário de 80 anos de fundação da entidade, uma das mais antigas em atividade no Estado de Goiás. Foram contemplados ainda todos os membros do conselho consultivo da Acia, formado pelos ex-presidentes da casa.



SINVEST

BANGLADESH / O presidente do Sindicato das Indústrias de Vestuário no Estado de Goiás (Sininvest), José Divino Arruda, organizou visitas e acompanhou o embaixador de Bangladesh, Mohamed Mijarul Quayes, à Faeg (foto) e às empresas M. Pollo, AJO Goiás e Natu Life. Em momento de crise, empresários costuram possibilidades de negócios com o país asiático.



Frederox Cavalheiro



SICMA

PLANO DIRETOR – 1 / O projeto de revisão do Plano Diretor de Anápolis foi discutido durante reunião (foto) do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sicma), na abertura do calendário de reuniões ordinárias de 2016. Participaram como convidados o presidente da Associação das Imobiliárias de Anápolis (AIA), Frederico Godoy, e o vereador Jakson Charles, presidente da Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Desenvolvimento Econômico e Turismo.

PLANO DIRETOR – 2 / O presidente do Sicma, Anastácios Apostolos Dagios, destacou a necessidade de o setor assumir posição de protagonismo no debate sobre o Plano Diretor, diante dos impactos previstos para os setores imobiliário e da construção. O Sicma, ponderou ele, pretende contribuir para aprimorar o projeto, assegurando a aprovação de um plano “moderno, equilibrado e sustentável”.

ENCONTRO DA CBIC /

A Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) reuniu-se em Curitiba,

no começo de março, num evento promovido também pelo Sesi Nacional. O Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sicma) foi representado pelo diretor Firelênio Wesley Fraga. O encontro, que contou com participação ainda de Darlan Siqueira (Fieg), teve como um dos destaques a apresentação do projeto do Sinduscon-PR, que instalou um comitê de incentivo à formalização na construção civil.

SINDICER/GO

DIRETOR E PREFEITO / Em virtude da morte do Prefeito de Campo Limpo de Goiás, Joaquim Duarte, após acidente automobilístico ocorrido em janeiro, o vice-prefeito, Itair Nunes de Lima Júnior (foto), assumiu o comando político-administrativo do Município. Lima Júnior é empresário e diretor do Sindicato das Indústrias Cerâmicas do Estado de Goiás (Sindicer/GO).



SINDALIMENTOS

QUALIDADE DO CAFÉ / A Fieg e o Sindicato das Indústrias de Alimentação de Anápolis (SindAlimentos) desenvolvem esforços conjuntos com a Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) para revisão na norma reguladora RDC-14, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que dispõe sobre matérias estranhas macroscópicas e microscópicas em alimentos e bebidas, fixando seus limites de tolerância. Wilson de Oliveira, presidente do SindAlimentos, tem discutido o assunto com o diretor de Regulação da Anvisa, Fernando Garcia Neto, e também com diretores da ABIC para definir soluções que garantam a preservação da qualidade e da imagem do café brasileiro nos mercados nacional e internacional.



QUALIFICAÇÃO DE PANIFICADORAS / O SindAlimentos apresentou ao gerente da Superintendência Regional do Trabalho, Degmar Pereira, o Programa de Qualificação e Desenvolvimento de Empresas de Panificação de Anápolis, desenvolvido desde 2014 pelo sindicato, em parceria com o IEL, Sebrae e Senai, e acompanhamento do Ministério Público e da Vigilância Sanitária. Pereira elogiou a iniciativa e se colocou à disposição para também ser parceiro no projeto, que está em curso com a formação da primeira turma.

SINDIFARGO INTERCÂMBIO COM O AMAZONAS /

O presidente executivo do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo), Marçal Henrique Soares, e representantes de indústrias do setor receberam missão do governo amazonense para troca de experiências na área de saúde, além de outros setores. Os governos do Amazonas e de Goiás articulam a implantação, em Anápolis, de um entreposto da Zona Franca de Manaus. Fizeram parte da missão o coordenador de Atenção Especializada da Secretaria Estadual da Saúde do Amazonas, Wagner Willian de Souza, e a coordenadora da Central de Medicamentos, Andreyly de Córdova.



TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / A Fieg, por meio do seu Conselho de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (CDTI), em parceria com a Agência Financiadora de Inovação (Finep), Fundo de Amparo à Pesquisa (Fapeg) e Goiás Fomento, realizou evento para a apresentação de linhas de crédito destinadas a empresas com perfil inovador. Os trabalhos foram conduzidos pelo empresário Heribaldo Egídio, presidente do CDTI e do Sindifargo. Foram apresentadas duas linhas de crédito para financiamento de empresas e projetos inovadores, o Inovacred, com limite de financiamento de até R\$ 2 milhões, e o Inovacred Expresso, com limite de até R\$ 150 mil, para empresas incubadas e com participação em edital de pesquisa Papi, Tecnova, Silbratec, entre outros.

SINDICATOS COM SEDE NO EDIFÍCIO PEDRO ALVES DE OLIVEIRA

Rua 200, Quadra 67-C, Lote 1/5, nº 1121 - Setor Vila Nova, em frente à Casa da Indústria - Goiânia-GO, CEP: 74645-230

SINPROCIMENTO

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás

Presidente: Olavo Martins Barros
Fone: (62) 3224-0456/Fax 3224-0338
siac@sistemafieg.org.br

SINDIREPA

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás

Presidente: Sílvio Inácio da Silva
Telefone (62) 3224-0121/ 3224-0012
sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDIAREIA

Sindicato das Empresas de Extração de Areia do Estado de Goiás

Presidente: Gilberto Martins da Costa
Fone/Fax: (62) 3224-8688
sindiareia@sistemafieg.org.br

SINDCEL

Sindicato das Indústrias da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia no Estado de Goiás

Presidente: Célio Eustáquio de Moura
Fone: (62) 3218-5686 / 3218-5696
Sindcel.go@gmail.com

SINDIALF

Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confeção de Roupas para Homens no Estado de Goiás

Presidente: Daniel Viana
Fone: (62) 3223-2050

SIAEG

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás

Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel
Fone/Fax: (62) 3224-9226
siaeg@terra.com.br

SINDICALCE

Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás

Presidente: Elvis Roberson Pinto
Fone/Fax: (62) 3225-6402
sindicalce@sistemafieg.org.br

SININCEG

Sindicato das Indústrias de Calcário, Cal e Derivados no Estado de Goiás

Presidente: José Antônio Vitti
Fone/Fax: (62) 3223-6667
sininceg@sistemafieg.org.br

SINDICARNE

Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Tocantins

Presidente: José Magno Pato
Fone/Fax (62) 3229-1187 e 3212-1521
sindicarn@terra.com.br

SINDICURTUME

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás

Presidente: João Essado
Fone/Fax: (62) 3213-4900
sindicurtume@sistemafieg.org.br

SINDIGESSO

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás

Presidente: José Luiz Martin Abuli
Fone: (62) 3224-7443
sindigesso@sistemafieg.org.br

SINDILEITE

Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás

Presidente: Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
Fone: (62) 3212-1135 / Fax 3212-8885
sinleite@terra.com.br

SIMPLAGO

Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás

Presidente: Olympio José Abrão
Fone: (62) 3224-5405
simplago@sistemafieg.org.br

SINDIPAO

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás

Presidente: Luiz Gonzaga de Almeida
Fone: (62) 8422-4022
sindipao@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás

Presidente: Eliton Rodrigues Fernandes
Telefone: (62) 3225-9889
simagran@sistemafieg.org.br

SINCAFE

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás

Presidente: Carlos Roberto Viana
Fone: (62) 3212-7473 - Fax 3212-5249
sincafe@sistemafieg.org.br

SINVEST

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás

Presidente: José Divino Arruda
Fone/Fax: (62) 3225-8933
sinvest@sistemafieg.org.br

SINDIBRITA

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras e Derivados do Estado de GO, TO e DF

Presidente: Flávio Santana Rassi
Fone/Fax: (62) 3213-0778
sindibrita@sistemafieg.org.br

SIEEG

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal

Presidente: Domingos Sávio
Fone: (62) 3212-6092 - Fax 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás

Presidente: Antônio de Sousa Almeida
Fone: (62) 3223-6515 - Fax 3223-1062
sigego@sistemafieg.org.br

SIMELGO

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás

Presidente: Hélio Nunes
simelgo@sistemafieg.org.br
Fone/Fax: (62) 3224-4462
contato@simelgo.org.br

SINDQUÍMICA-GO

Sindicato das Indústrias Químicas no Estado de Goiás

Presidente: Jaime Canedo
Fone: (62) 3212-3794/Fax 3225-0074
sindquimica@sistemafieg.org.br

SINDMÓVEIS

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás

Presidente: Enoque Pimentel do Nascimento
Fone/Fax: (62) 3224-7296
sindmoveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO

Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste

Presidente: Sérgio Scodro
Presidente-Executivo: André Lavor P. Barbosa
Fone: (62) 3223-9703
sindtrigo@gmail.com

OUTROS ENDEREÇOS

SIFAÇÚCAR

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás

Presidente: Otávio Lage de Siqueira Filho
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América
CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SIMESGO

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano

Presidente: Heitor de Oliveira Nato Neto
Rua Costa Gomes, nº 143 Jardim Marconal
CEP 75901-550 - Rio Verde - GO
Fone/Fax: (64) 3623-0591
simesgo1@hotmail.com

SINDUSCON-GO

Sindicato das Indústrias da Construção no Estado de Goiás

Presidente: Carlos Alberto de Paula Moura Júnior
Rua João de Abreu, 427 - St. Oeste
CEP 74120-110 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3095-5155
contato@sinduscongoias.com.br

SINROUPAS

Sindicato das Indústrias de Confeções de Roupas em Geral de Goiânia

Presidente: Edilson Borges de Sousa
Rua 1.137, nº 87 - Setor Marista
CEP 74180-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (62) 3088-0877
sinroupas@yahoo.com.br

SIFAEG

Sindicato das Indústrias de Fabricação de Etanol no Estado de Goiás

Presidente: Otávio Lage de Siqueira Filho
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América
CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3274-3133 e (62) 3251-1045
sifaeg@terra.com.br

SIAGO

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás

Presidente: José Nivaldo de Oliveira
Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno
CEP 74210-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax (62) 3251-3691
siagoarroz@hotmail.com

SINDICATOS/ANÁPOLIS

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiá, Anápolis/GO - CEP 75113-630
Fone/Fax: (62) 3324-5768 e 3324-5997
fieg.regional@sistemafieg.org.br

SINDALIMENTOS

Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis

Presidente: Wilson de Oliveira
sindalimentos@sistemafieg.org.br

SICMA

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis

Presidente: Anastácios Apostos Dagios
sicma@sistemafieg.org.br

SINDICERGO

Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás

Presidente: Laerte Simão
sindicergo@sistemafieg.org.br

SIVA

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis

Presidente: Jair Rizzi
siva@sistemafieg.org.br

SINDIFARGO

Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás

Presidente: Heribaldo Egidio
Presidente-Executivo: Marçal Henrique Soares
sindifargo@sistemafieg.org.br

SIMMEA

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis

Presidente: Robson Peixoto Braga
simmea@sistemafieg.org.br

Senhor empresário: A FIEG é integrada por 36 sindicatos da indústria, com sede em Goiânia, Anápolis e Rio Verde. Conheça a entidade representativa de seu setor produtivo. Participe. Você só tem a ganhar.

VOCÊ É O PRIMEIRO INVESTIDOR DA SUA IDEIA

DEIXE O **EDITAL SENAI SESI DE INOVAÇÃO** SER O SEGUNDO.

O **EDITAL SENAI SESI DE INOVAÇÃO** É O INCENTIVO DE QUE MUITA IDEIA PRECISA PARA IR PARA FRENTE.

Se você busca desenvolver novos produtos, processos e serviços inovadores no âmbito industrial, agora é sua chance. Inscreva sua ideia no Edital SENAI SESI de Inovação e obtenha apoio para inovação tecnológica, protótipos de inovação ou soluções para saúde e segurança do trabalhador. Com isso, os maiores vencedores são o aumento da competitividade e da produtividade das empresas.

SAIBA MAIS EM **EDITALDEINOVACAO.COM.BR**
E NÃO PERCA A OPORTUNIDADE DE FAZER
PARTE DO FUTURO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA.

O SESI E O SENAI TÊM CONSULTORES QUE TE
AUXILIAM NO PREENCHIMENTO DO SEU PROJETO.
INFORMAÇÕES: (62) 3219-1496

Realização:





heads.

■ Agora você pode pagar menos pela energia da sua empresa.

Se a demanda contratada de sua empresa for igual ou superior a 0,5 MW, você tem a oportunidade de poder reduzir os custos com o fornecimento de energia. Esse é o mercado livre de energia e a **Enel**, uma empresa sólida que já atua no país há quase duas décadas e um dos maiores players do setor em todo o mundo, pode ajudar você. Para saber mais sobre o mercado livre de energia, conte com a Enel. (67) 9853-6193 - www.enel.com.br

